



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RENAN RODRIGUES DOS SANTOS

**ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO TRABALHISTA
PRATICADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2008)**

SALVADOR

2010

RENAN RODRIGUES DOS SANTOS

**ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO TRABALHISTA
PRATICADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2008**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciência Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Antônio Plínio Pires de Moura

**SALVADOR
2010**

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5-1092

S237	Santos, Renan Rodrigues dos
na	Análise-diagnóstico do cooperativismo trabalhista praticado na Região Metropolitana de Salvador (2008)/ Renan Rodrigues dos Santos . - Salvador, 2010 93. il.
—	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)
Bahia.	Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia.
	Orientador: Prof. Antonio Plínio Pires de Moura
	1. Cooperativismo - Brasil 2. Cooperativismo – Região Metropolitana de Salvador I. Santos, Renan Rodrigues. II. Moura, Antonio Plínio Pires de. III. Título
	CDD – 334

RENAN RODRIGUES DOS SANTOS

ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO TRABALHISTA PRATICADO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2008)

Aprovada em julho de 2010

Orientador: _____
Prof. Dr. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA

Henrique Tomé da Costa Mata
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

Gilca Garcia de Oliveira
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter me proporcionado o conforto espiritual necessário para trilhar uma trajetória acadêmica vitoriosa com resignação.

Aos meus pais, José e Rismary, sempre vigilantes e atenciosos, pelo apoio incondicional e o contínuo estímulo ao estudo.

A minha queridíssima avó, Dona Júlia, pelas doses diárias de amor gratuito.

A minha irmã, Josy, por sua imprescindível contribuição intelectual.

A minha namorada, Mônica, por ser corresponsável por minha felicidade e pela parceria sinérgica que formamos.

A minha pequena Tainara, por ter me suscitado sinceros sorrisos nos momentos de maior tensão.

Ao meu orientador, Plínio, pela paciência, sabedoria e dedicação.

Aos meus familiares e amigos, que tanto torceram e enviaram energias positivas para que eu pudesse vivenciar este maravilhoso momento.

Aos meus professores, funcionários e amigos da Faculdade de Ciências Econômicas.

Agradeço também ao Superintendente da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), José Alberto, pelo fornecimento dos dados estatísticos e indicação de referências bibliográficas, sem os quais não seria possível a operacionalização deste trabalho.

A todas estas pessoas tão importantes deixo o meu sincero agradecimento: Muito obrigado!

“O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espriem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades.”

Gilberto Freyre

RESUMO

Este estudo destina-se a esboçar uma interpretação do perfil e dinâmica das cooperativas de trabalho que atuam na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para o cumprimento deste objetivo, foram adotados dois conceitos: CPLs (Cooperativas de Profissionais Liberais) e CMOs (Cooperativas de Mão-de-Obra), com a finalidade de detectar suas respectivas conformação e proporção na RMS. A partir da metodologia de contraposição dos dados coletados com a literatura acessada sobre o tema, foi observado que as especificidades geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais de cada região exercem influência direta sobre a formação e formatação das cooperativas. Diante disto, diagnosticou-se que o cooperativismo de trabalho praticado na RMS é incipiente, esparsos e heterogêneo, havendo precária assimilação da cultura cooperativista pelos associados, baixa conexão econômica entre as atividades produtivas empreendidas e escassa comunicação entre os estabelecimentos cooperativos espalhados por este território. Em síntese, as cooperativas de trabalho localizadas na RMS não constituem um sistema cooperativo organizado e pujante, estruturado em bases sustentáveis. O cooperativismo trabalhista praticado na RMS caracteriza-se ainda por abrigar predominantemente cooperativas de pequeno porte, desvestidas de conteúdo doutrinário, com atividades desconexas, pouco diversificadas, não maturadas e de baixo valor agregado, existindo breves variações setoriais que refletem os poucos casos de sucesso observados, baixo faturamento, baixa apropriação dos recursos financeiros transferidos pelas unidades representativas, alta taxa de inatividade e baixo grau de instrução dos associados.

Palavras-chave: Cooperativas de Trabalho. Cooperativismo. RMS. CPLs. CMOs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Treze dos 28 Pioneiros de Rochdale – 1844.....	23
Figura 2 – Sede da Primeira cooperativa de Rochdale.....	23
Figura 3 – 1º cooperativa de crédito, criada em Nova Petrópolis no ano 1902.....	40
Figura 4 – Monumento ao Cooperativismo - Nova Petrópolis, RS.....	40
Gráfico 1 - Evolução do Número de Cooperativas no Brasil (1990-2008).....	47
Gráfico 2 – Número de Cooperativas Registradas no DNRC Entre 1990 e 2005.....	49
Gráfico 3 – Evolução do Número de Associados (em milhões).....	50
Gráfico 4 – Evolução do Número de Empregados (em mil).....	50
Gráfico 5 – Distribuição dos Recursos Transferidos, por Unidade Estadual (em milhares) – Total: R\$ 82,714 milhões.....	54
Figura 5 – Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: pórtico do Parque de Exposições de Animais, em Ondina, capital do Estado da Bahia.....	64
Figura 6 – Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: conjunto de pavilhões e pista de desfile de animais. Ondina, Salvador, Est.da Bahia.....	64
Gráfico 6 – Distribuição das Cooperativas Baianas por Ramo – 2008.....	65
Gráfico 7 – Evolução do PIB dos municípios da RMS – Em R\$ milhões correntes (Período 2002/2007).....	69
Gráfico 8 – Taxa de Desemprego – Região Metropolitana de Salvador (Período 2002/2007).....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento – 2008.....	51
Tabela 2 – Evolução do Faturamento das Cooperativas Brasileiras (em bilhões).....	53
Tabela 3 – Faturamento das Cooperativas por região (em bilhões de R\$).....	53
Tabela 4 – Distribuição das Cooperativas, Empregados e Associados por Estado e Região – 2008.....	55
Tabela 5 – Área, população, IDH e PIB dos municípios e da RMS.....	68
Tabela 6 – Distribuição das Cooperativas e Cooperados na RMS – RAIS – 2008.....	74
Tabela 7 – Distribuição das Cooperativas e Cooperados na RMS – 2008).....	75
Tabela 8 – Estimativa de Cooperativas Existentes na RMS.....	77
Tabela 9 – Grau de operação das Cooperativas de Trabalho (CMOs e CPLs) da RMS – 2008.....	78
Tabela 10 – Listagem das Cooperativas de Trabalho (CMOs e CPLs) Ativas na RMS – 2008.....	80
Tabela 11 – Grau de instrução dos cooperados (CMOs e CPLs) da RMS – 2008.....	82
Tabela 12 – Gênero dos Cooperados (CMOs e CPLs) da RMS – 2008.....	83

LISTA DE SIGLAS

RMS	Região Metropolitana de Salvador
CPLs	Cooperativa de Profissionais Liberais
CMOs	Cooperativas de Mão-de-Obra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEB	Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
SEESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
DNRC	Departamento Nacional de Registro do Comércio
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COOMETAS	Cooperativa Metropolitana de Táxis Especiais do Salvador
UNIMED	União dos Médicos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O COOPERATIVISMO	14
2.1	A DOCTRINA COOPERATIVISTA	14
2.2	OS PIONEIROS DE ROCHDALE: A PRÁXIS COOPERATIVISTA	22
2.3	OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	25
2.4	CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS	29
2.5	COOPERATIVAS DE TRABALHO	33
2.5.1	Cooperativas de Profissionais Liberais (CPLs)	34
2.5.2	Cooperativas de Mão-de-Obra (CMOs)	35
3	O COOPERATIVISMO BRASILEIRO	38
3.1	BREVE HISTÓRICO	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO	45
3.3	PERFIL REGIONAL DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO	53
3.3.1	Formação e Perfil do Cooperativismo Baiano	61
4	O COOPERATIVISMO TRABALHISTA DA RMS	67
4.1	A RMS: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	67
4.2	ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO TRABALHISTA PRATICADO NA RMS	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno recente da globalização vem trazendo notáveis modificações em várias esferas da economia mundial. Não obstante, as transformações ocorridas na gestão e organização do trabalho são decorrentes dessa nova lógica. Neste cenário, o aumento do desemprego estrutural tem se tornado uma ameaça constante tanto para os governos, incapazes de formular políticas públicas de geração de emprego e renda, como para trabalhadores que são obrigados a se submeter as novas regras e exigências do mercado de trabalho, ou, na pior das hipóteses, são conduzidos compulsoriamente a fazer parte das estatísticas dos desempregados (CAMPOS, 2004, p.269).

Em decorrência da exacerbação da competitividade no mercado, com consequente redução do seu espaço e a extinção de inúmeros postos de trabalho, acompanhada da precarização dos remanescentes, houve um crescimento quantitativo das cooperativas de trabalho no território brasileiro, em especial na malha urbana das suas regiões metropolitanas.

O cooperativismo entra em evidência num momento em que crescem os desafios impostos pela globalização da economia. Desafios no âmbito econômico - que requerem atividades empresariais dinâmicas, capazes de concorrer num ambiente de forte competitividade, e no âmbito social – que exigem práticas mais includentes, capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico por natureza excludente. O cooperativismo por ser uma atividade que congrega os indivíduos em torno de seus interesses econômicos e sociais, apresentando-se, concomitantemente, como uma estratégia de geração de trabalho e renda, parece acenar nas duas direções (PIRES, 2004, p. 9).

Este trabalho tem como objetivo geral a construção de uma interpretação das configurações e dinâmica das cooperativas de trabalho que atuam na Região Metropolitana de Salvador (RMS) - seja este um estabelecimento competitivo que congregue profissionais especializados em concorrência direta com empresas de caráter mercantil-capitalista; uma associação entre indivíduos que foram deslocados da estrutura ocupacional formal e utilizam o instrumento da cooperativa como estratégia de (re)inserção no mercado de trabalho, ou seja, tem o objetivo maior de gerar trabalho e

renda sem que haja um grande comprometimento com a doutrina cooperativista; ou ainda, cooperativas de fachada, que comumente são empreendimentos desenhados e geridos por um pequeno grupo de pessoas ou um empresário individualmente, que na verdade agencia serviços e mão-de-obra, utilizando o formato da cooperativa para diminuir encargos trabalhistas e impostos - com base nos dados e literatura disponível sobre o tema.

Haverá ainda uma investigação sobre a estrutura e dinâmica do sistema cooperativista trabalhista implantado na RMS, analisando em que medida este se adequa a doutrina e aos princípios fundamentais do cooperativismo assim como analisar-se-á a sua interseção com o cooperativismo brasileiro.

Para a consecução destes objetivos o trabalho foi subdividido nas seguintes etapas. Na primeira etapa far-se-á um resgate histórico do surgimento do cooperativismo no mundo – fenômeno que remonta aos primórdios da industrialização num contexto de luta de classes – pontuando os aspectos doutrinários e práticos deste tipo de instituição, elencando as principais contribuições teóricas formuladas assim como os seus elementos constitutivos, princípios, eixos norteadores e entidades de representação.

Na segunda etapa, apresentar-se-á de modo genérico como se classificam as cooperativas quanto ao seu objeto social, esboçando um tratamento detalhado das cooperativas de trabalho, seção onde serão delimitados os conceitos mais utilizados no desenvolvimento deste trabalho, a saber: CPLs (Cooperativa de Profissionais Liberais) e CMOs (Cooperativas de Mão-de-Obra), analisando as suas respectivas conformação e proporção na RMS.

Na terceira etapa será desenvolvido-se uma visão geral do processo de gestação, estruturação e consolidação do cooperativismo no território brasileiro, contextualizando o movimento em cada região do país, analisando o seu perfil e indicando a influência exercida pelas especificidades geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais de cada região na formação e formatação das cooperativas. Nesta etapa, além de apresentar os principais fatos históricos responsáveis pelas dinâmicas específicas que deram ao

cooperativismo de cada região uma configuração particular, será discutido com maior rigor o perfil do cooperativismo nordestino a partir de uma análise de ordem quantitativa e qualitativa, sugerindo as suas principais tendências, e, adicionando-se ao mesmo, uma explanação a cerca da evolução do cooperativismo baiano. Considera-se este esforço de caracterização do cooperativismo brasileiro como essencial para compreender a dinâmica das cooperativas de trabalho que atuam na RMS.

Na quarta etapa, assinalam-se os traços proeminentes da RMS para a operacionalização deste trabalho, avaliando de que forma estes atributos se relacionam com o tipo de cooperativismo trabalhista praticado na região, aferindo até que ponto este condicionamento, a exemplo do ambiente de mercado em que estas cooperativas estão inseridas, determina a dinâmica das atividades exercidas pelos estabelecimentos distribuídos neste território (vistos tanto de forma desagregada – por município - quanto agregada - RMS), almejando, por este caminho, a observância de uma lógica intrínseca ao sistema cooperativo.

Considerando a incipiente e fragmentada fonte de dados sobre o cooperativismo da RMS, a importância maior deste trabalho reside, muito provavelmente, no esforço de sistematização desses dados, sedimentando as bases para a apreensão do cooperativismo mediante um enfoque estrutural de sua dinâmica recente sem prescindir, em qualquer momento, de uma postura eminentemente crítica. Assim, cabe multiplicar os estudos para que o presente trabalho contribua, ao abranger o caso da RMS, para a ampliação do discernimento e debate sobre o tema.

Arquitetar este cenário a respeito do cooperativismo trabalhista na RMS significou mais do que um mero exercício abalizado em critérios econômicos, mas a possibilidade de revisão de conceitos e opiniões, conjecturando uma nova apreensão do cooperativismo a partir dos seus limites e de suas concretas possibilidades. Aprecia-se, por esse motivo, que os resultados aqui encontrados possam suscitar contribuições ao movimento cooperativo e às instâncias políticas, podendo, assim, colaborar para o êxito do movimento cooperativo trabalhista da RMS.

2 O COOPERATIVISMO

2.1 A DOUTRINA COOPERATIVISTA

O cooperativismo atualmente praticado tem sua origem nos eventos históricos do século XIX ligados à Revolução Industrial. Nesse momento, os trabalhadores eram explorados na sua força de trabalho, a jornada de trabalho era longa, chegando a 14 horas por dia, e era usada, inclusive, a mão-de-obra feminina e infantil. Os salários eram muito baixos e não atendiam às necessidades dos trabalhadores (SCHNEIDER, 1999).

Os primeiros esboços da idéia de cooperação foram realizados na primeira metade do séc. XIX período marcado por propostas de reformulação da sociedade em oposição às idéias liberais¹, entre as quais, se destacam as linhas doutrinárias elaboradas por Robert Owen, Charles François Marie Fourier, Louis Blanc e Philippe Joseph Benjamim Buchez. O sistema de livre-concorrência no plano econômico, o individualismo no plano filosófico, o liberalismo no plano ideológico e a alarmante situação da classe operária no plano social estão entre os principais alvos combatidos por esta corrente de pensamento que apresenta como traço marcante, a intenção de constituir um modelo de organização socioeconômica que viesse a substituir a valorização do capital pela valorização humana.

Esta corrente de pensadores está vinculada à corrente associacionista da escola socialista, tida como utópica, de forte cunho *espiritualista*; por estar impregnada de um ideal de justiça e de fraternidade, no qual a melhoria do meio econômico significaria mais que um acréscimo de bem estar material e *voluntarista*; por confiar no poder da razão para descobrir as falhas da organização econômica existente e os remédios conducentes dessa melhoria. Esse segundo traço característico desta doutrina é importante, uma vez que estes autores concebem que a atuação da vontade humana coletivamente organizada teria a possibilidade de atuar sobre a evolução econômica a

¹ Foi no complexo conjunto das mais variadas oposições às consequências do liberalismo econômico que as ideias cooperativistas começaram a ser elaboradas, inspirando-se, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências associativistas que marcaram a primeira metade desse século (PINHO, 2001, p.8)

ponto de reformá-la e definir uma trajetória histórica de caráter progressista para produção e repartição das riquezas, como assinala Hugon (1972, p.174):

A solução, para os associacionistas, está, pois, na transformação do meio econômico e social. O indivíduo isolado, célula econômica do mundo clássico, seria substituído pela associação, constitutiva do novo meio-ambiente. Por esta forma, o antagonismo dos interesses privados, oriundos da concorrência, seria substituído, nos setores da produção e da repartição, pela colaboração destes mesmos interesses, decorrentes da associação.

Nesse quadro, nascem as cooperativas como produto da miséria e da utopia, entendidas como busca da massa trabalhadora no sentido de superar seus problemas por seus próprios meios e riscos, isto é, pela união de suas forças, de seus próprios recursos e de sua vontade de vencer (PINHO, 2001, p.8).

O primeiro representante desta linhagem de pensadores é Robert Owen². Este tornara-se notório em função da sua prática social, com destaque para a aplicação das suas teorias quando posicionado na função diretiva de importantes fábricas de *New Lanark*, localidade semelhante às demais regiões industriais deste período no que tange à deplorável situação da classe operária – jornadas de trabalho excessivas, baixa remuneração e condições de trabalho precárias. Embora Owen tenha atuado em território hostil, impregnado das mais variadas adversidades, o mesmo obtém certo êxito. Conforme Hugon (1972, p.176), Owen:

organiza a educação moral de seus obreiros: cria escolas para eles e seus filhos, uma vez que os seus mais diligentes esforços se orientam no sentido de manter a instrução e educação, cujo papel lhe parece de magna importância para a melhoria de condição do proletariado. Reduz de 17 para 10 horas, a duração da jornada de trabalho. Recusa-se a admitir no trabalho crianças de menos de 10 anos. Introduce melhoramentos na alimentação e no alojamento de seus operários, instalando refeitórios, instituindo e criando economatos e cidades-jardins confortáveis. Organiza a assistência aos doentes e inválidos. Graças à sua energia realizadora, em doze anos torna-se sua empresa uma indústria modelo, verdadeiro centro de peregrinação aristocrática, pelo qual a Europa inteira se interessa.

² Robert Owen (1771-1858), de família de artesãos, nasceu em Newton (País de Gales). Encarregado de dirigir uma fábrica de fiação, introduziu várias inovações, destacando-se, de tal forma, que dela se tornou co-proprietário (firma Charlton Twist Co, em Manchester). Casou-se com a filha do sócio (Dale). Com a compra de uma fiação em New Lanarck (Escócia), pela sociedade, coube a Owen dirigi-la. Teve, então, a oportunidade de realizar importantes obras sociais, de modo que New Lanarck tornou-se centro de visitação e de admiração na Europa. Mas como seu exemplo não era imitado, a produção de New Lanarck tornou-se cara e não competitiva. Começou a perder mercado, o que provocou o afastamento de Owen pelos sócios insatisfeitos com os resultados econômicos (PINHO, 2001, p.9)

Sua atuação se expande inclusive para a esfera pública, onde defende que o governo intervenha de modo a obrigar os patrões a realizarem ações pontuais em prol da classe trabalhadora, tendo contribuição decisiva para que o Parlamento inglês votasse a lei de 1819, a qual limitava a utilização da mão-de-obra de crianças por parte das fábricas de fiação de algodão. Entretanto, cumpre ressaltar que seus esforços no âmbito governamental não tiveram grande reverberação. Em virtude deste fato, Owen, nas palavras de Hugon (1972), lança suas idéias de associação para os próprios operários, quando prescreve a formação de colônias – sobretudo agrícolas – compostas de 700 a 2000 indivíduos, economicamente auto-suficientes, reinando o igualitarismo absoluto. Neste sistema, a repartição seria feita de acordo não com a capacidade de cada um, mas, com as suas necessidades.

Owen chega a por em prática tal idéia, quando cria em 1824 nos Estados Unidos uma colônia formada por 2500 europeus batizada sob o nome de “*New Harmony*”, não obtendo grande sucesso. Seu último feito foi a criação do “*National Equitable Labour Exchange*”, em Londres, 1832. Esta, segundo Hugon (1972, p. 176), “é uma espécie de vasta cooperativa, que receberá o produto do trabalho de cada um dos seus associados e os trocará, de acordo com a sua estimativa, em bônus do trabalho”. Este banco de trocas, entretanto, não teve força para provocar uma derrocada no sistema de preços em que os trabalhadores daquela época estavam imersos.

Compete ressaltar que a vida do “entusiasta inglês” foi marcada por um incessante empenho para a supressão do sistema liberal (fundamentalmente, o lucro e a concorrência³) e a criação de condições para o surgimento de uma nova ordem econômica, onde a associação seria o instrumento adequado ao cumprimento desse objetivo. Embora tenha perdido inúmeras batalhas, seu grande legado foi ter plantado a

³ Owen combateu o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pela deturpação do meio social, pelos males e injustiças sociais. O lucro, era para Owen uma injustiça, um perigo permanente e a causa principal das crises de super-produção e de subconsumo porque impediam que os trabalhadores comprassem o produto de seu trabalho, ou seja, que seu consumo fosse equivalente ao que eles mesmos produziram. Neste particular, foi relevante a influência que exerceu sobre os Pioneiros de Rochdale, especialmente sobre Charles Howart (presidente da Rochdale Equitable Pioneers Society Ltd, no segundo ano de seu funcionamento, e seu secretário em diversas ocasiões). Owen opôs-se, ainda, à divisão social do trabalho entre operários e patrões, afirmando que toda a produção deve ser dos trabalhadores. E isto será possível se os homens produzirem através de associações que somem as vantagens da propriedade comum dos meios de produção – o que suprimirá também os desequilíbrios entre a produção e o consumo, afastando as crises econômicas, problema que o século 19 conheceu com trágica regularidade (PINHO, 2001, p.9)

mente do cooperativismo na sociedade industrial, a qual germinaria pouco tempo depois. É inquestionável o fato de que a sua primazia e seus constantes esforços para a disseminação da idéia de associação constituiu um conjunto vasto e diversificado de nutrientes que forneceu a energia necessária para as diversas experiências cooperativistas que o sucederam na Europa.

O francês Charles Fourier⁴, contemporâneo de Owen, de igual modo, fornece importante contribuição no que diz respeito aos aspectos doutrinários do cooperativismo. Este estabelece a “associação universal e livre” em contraposição à forma liberal, “anárquica e atomizada”. Neste período, o autor prescreveu que os homens adotarão de boa vontade a forma societária, à medida que reconhecerem as suas vantagens. Essa associação poderá, por isso mesmo, expandir-se livremente, e, universalizar-se-á graças a capacidade de propaganda dos próprios méritos Hugon (1972, p.182). Sua grande realização foi a concepção do “falanstério”, espaços, urbanos e rurais, com desenvolvimento de varias atividades auto-suficientes com uma moradia comum. Descritos por Hugon (1972, p.182-183):

A sua constituição é livre: proprietários, capitalistas, operários, são convidados a por em sociedade suas terras, seus capitais, seu trabalho, realizando, por esta forma, a associação voluntária dos três fatores de produção. Cada um receberá, em troca, um número de ações proporcional ao valor da sua contribuição. Esta associação tem, sobretudo, um objetivo agrícola. Fourier imagina cada um destes falanstérios como constituindo pequenos centros de economia fechada, cujas portas, só se abrem para a troca recíproca de produtos mais indispensáveis. Cada falanstério se comporá de 1620 associados, que se dividem em um número igual de homens e mulheres. Seus domínios constam de cerca de 400 hectares e o local deve ser escolhido com cuidado, a fim de que a agradabilidade do ambiente se reflita na atividade e no humor dos associados.

⁴ François Marie Charles Fourier (1772-1837) nasceu em Besançon (França), filho de um negociante de tecidos. Tentou arranjar capitalista para financiar a prática de suas idéias associativistas, mas nada conseguiu. Fourier, a princípio, elogiou as experiências de Owen em New Lanarck, oferecendo-se, inclusive, para participar de suas experiências. Algum tempo depois, entretanto, passou à posição de crítico, dizendo que quando o elogiava, em 1822, estava longe de presumir que Owen trabalhava para "ridicularizar a idéia de associação e torná-la suspeita de todos os Governos". Procurou mostrar, então, que Owen desejava modificar os caracteres dos homens, através de educação em associações em que todos seriam iguais e receberiam remuneração segundo suas necessidades, mas para obter êxito, deveria encontrar o mecanismo de utilização dos vícios humanos. As máximas difundidas por Owen entre os discípulos "são de boa moral civilizada, pregando o amor à virtude pela própria virtude; contudo, não são atrativas"(PINHO, 2001, p.10).

Vale ressaltar que este sistema de produção apresentaria atividades diversificadas e produção voltada para o consumo interno. Assim, o falanstério, estrutura auto-suficiente com oferta de serviços e produção de mercadorias voltadas para atender as necessidades da associação, seria o instrumento de reforma social em oposição a unidade capitalista de origem tipicamente familiar, haja vista que substituiria paulatinamente a competição pela cooperação. Previa Fourier que libertando o indivíduo da submissão compulsória ao trabalho, como forma de garantir seu bem-estar e sobrevivência, caminharía, a sociedade, numa rota progressiva.

Sobre o pensamento de Fourier, cabe ainda uma observação concernente ao modo de repartição do produto gerado pela associação. Cada associado receberia, de início, um número de ações proporcional ao valor do capital, terra e força de trabalho, segundo a contribuição dada por ocasião da constituição do falanstério. Tomando por base, os juros dessas ações, a repartição se faria a três títulos: capital e terra, de um lado, trabalho de outro e por fim, talento ou capacidade. Cada associado poderia receber uma parte dos juros em função de cada uma dessas três categorias, ou em função de duas ou mesmo de todas três. Fourier chegou a propor que se estabelecesse esta repartição na seguinte proporção: 4/12 para o capital, 5/12 para o trabalho e 3/12 para o talento e capacidade (HUGON, 1972, p.184).

Este ponto se faz importante à medida que fica implícita a idéia que o regime de salários seria suprimido, dando lugar aos dividendos recebidos pelos associados em função do seu aporte inicial de capital e o trabalho despendido na produção, princípios que revelam o hibridismo do sistema de cooperação, dado que o associado tem posse do seu trabalho, dos meios de produção e do produto gerado da conjunção de ambos. Logo, sendo a classe trabalhadora “co-proprietária da empresa cooperativa”, gera-se, em tese, maior produto e há repartição mais justa e igualitária. As idéias de Fourier serviram de fonte de inspiração para o movimento das cooperativas de produção. Assim também, os operários-acionistas constituem uma inovação cujas raízes se encontram, por certo, na organização falansteriana (HUGON, 1972, p.186).

Com o mesmo objetivo de ver ruir o regime de livre-concorrência, Louis Blanc⁵ apresenta uma idéia de associação bastante diferente das preconizadas por Owen e Fourier. O autor concebe associação sob a forma de “oficina social”. A primeira diferença acontece no ambiente produtivo. Enquanto os dois anteriores imaginaram ver seus projetos concretizados em um ambiente agrícola, Blanc vai tomar como ponto de partida, o nascente capitalismo urbano-industrial. Outra diferença marcante é que as idéias de Blanc associam-se a cooperativas de produção, ao passo que Owen e Fourier idealizaram a cooperação simultânea de consumo e produção. Além disso, descrente da ação “livre e voluntária” dos indivíduos, Blanc sugere a intervenção pública, tanto no plano financeiro como legislativo, para que a oficina social fosse posta em prática. Organizada com empréstimo estatal e com estatutos sociais também fixados pelo Estado, a oficina social teria, no início, diretores, mestres e contramestres nomeados pelo governo. Quando os associados já se conhecessem mutuamente, os cargos seriam preenchidos por eleição: "uma vez montada, a máquina funcionará por si mesma" (PINHO, 2001, p.12)

Blanc postula ainda a realização de eleições democráticas para a definição dos cargos, associação de operários do mesmo ofício, com possibilidade de agregação de profissões conexas, produção voltada para a comercialização externa e tripla divisão da renda gerada durante o exercício: i) repartição sob a forma de dividendos; ii) constituição de fundo de reserva destinado a prestar assistência a enfermos e associados que porventura enfrentassem dificuldades econômicas e iii) aquisição de novos meios de produção, objetivando tornar viável a entrada de novo associados, e a criação de novas oficinas, tendo como consequência a expansão direta uma espécie de boom associativista. Impende ressaltar que esta repartição seria efetuada de acordo com o princípio da igualdade dos salários, independentemente da capacidade. Além disso, Blanc descreve que o consumo poderia ser feito, de acordo com a decisão dos associados, sob a forma individual ou coletiva e previa, sem grande aprofundamento, a

⁵ Louis Blanc (1812-1882), historiador, jornalista, orador e político, destacou-se durante a Revolução de 1848. Alguns autores o qualificam de agitador, que conduziu os operários à Revolução de 1848 e imprimiu à “questão social” o matiz de questão operária - caráter que muitos consideram unilateral, mas que se conserva desde esse movimento revolucionário (PINHO, 2001, p.12).

criação de vastos entrepostos que receberiam os produtos dos associados e lhes dariam recibos transferíveis, descontáveis em Banco pelo respectivo valor em papel-moeda.

Os três primeiros precursores do associativismo elencados tiveram grande influência sobre os eventos associativistas que se sucederam na Europa do séc.19, particularmente sob as cooperativas de produção e consumo. Neste mesmo período Philippe Joseph Benjamim Buchez⁶ apresenta-se como corifeu das cooperativas de trabalho. Este defendeu a associação cooperativa dos trabalhadores livres; fundada sob o trabalho e não sob o capital de modo a permitir que os operários se transformassem em seus próprios empregadores. O seu modelo de organização propunha que operários de mesma profissão reunissem-se de modo a somar seus recursos (laboral e financeiro), obter empréstimos, produzir em comum, assegurar repartição igualitária da riqueza gerada e reunir as receitas líquidas em um fundo comum.

De acordo com Pinho (2001, p.11):

Em 1831, Buchez preconizou, em seu artigo "Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades", uma associação com determinado número de operários da mesma profissão, que seria regida por um contrato, contendo as seguintes disposições principais: 1. os associados teriam também a qualidade de empresários, cabendo-lhes escolher um ou vários representantes; 2. cada associado seria pago segundo os critérios adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, etc.; 3. uma soma, equivalente ao ganho dos empresários intermediários, seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes: 20% para formar (e aumentar) o capital social; o restante para assistência ou distribuição entre os associados, "pro rata" de seu trabalho; e 4. o capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim, o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária.

Existia ainda a possibilidade de a cooperativa admitir, durante um ano, operários não-associados para o trabalho, mas cessando esse prazo, ficaria obrigada a admiti-los

⁶ Philippe Joseph Benjamim Buchez (1796-1865) - jovem ainda, foi condenado à morte por haver sido um dos fundadores da "Charbonnerie", na qualidade de empregado da administração parisiense. Perdoado por ser menor de idade, dedicou-se aos estudos de Medicina. Profundamente católico, colaborador do jornal sansimoniano "Producteur" (1824), autor da História da Revolução Francesa (co-autoria com Roux), foi também membro e Presidente da Assembléia Francesa (PINHO, 2001, p.11).

como associados. Não obstante, a França do séc. 19 viria brotar em seu solo as primeiras experiências práticas desta modalidade, guiadas pelo pensamento de Buchez⁷.

O conjunto das idéias apresentado por estes autores têm como ponto comum a supressão do regime de livre concorrência pelo sistema associacionista que se materializaria de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas dos diversos ramos econômicos. A associação, neste contexto, é vista como o instrumento mais adequado para a substituição da sociedade econômica vigente. Tais contribuições são o plano teórico que enseja uma série de experiências cooperativistas ocorridas no séc. XIX no território europeu - e deste para o resto do mundo - entre as quais o exemplo de maior notabilidade ocorre em 1844 com a fundação da “Sociedade dos Pobros Pioneiros de Rochdale”.

Pinho (2001, p.13), analisa que:

A doutrina econômica, como proposta de reforma social, contém um projeto utópico, imaginário, de transformação da ordem social existente e de construção de uma sociedade considerada perfeita para seus idealizadores. De fato, eram utópicos os socialistas que enfatizaram a volta à natureza por meio de associações agrícolas (Owen, Fourier e outros), ou propuseram nova forma de organização dos trabalhadores urbanos em associações (Buchez, Blanc e outros). Pretendiam, basicamente, combater as conseqüências desastrosas da Revolução Industrial e das precárias condições de vida dos operários que se concentravam nas cidades industriais, como se viu.

De um modo geral a doutrina cooperativista pode ser assim resumida: é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Ou, tentando resumir em uma frase, é a reforma do meio social por um instrumento econômico – as cooperativas. Entretanto, embora o cooperativismo tenha nascido como uma reação proletária ao capitalismo sob a influência de várias doutrinas e correntes políticas, as experiências

⁷ Buchez teria orientado a aplicação de suas idéias associativas, pela primeira vez, em Paris, em um grupo de marceneiros, que fundaram uma associação em 1831. Pouco tempo depois, sob sua influência direta, surgiu a "Société des Bijoutiers en Doré". Concomitantemente, nos meios operários dos tecelões de seda de Lyon, surgiram várias associações, com algumas ligações diretas ou indiretas com as idéias buchezianas. Alguns autores, entretanto, acham que o movimento associativo operário da França guiava-se sobretudo por preocupações utilitaristas. Neste sentido, foram pouco aplicadas as normas buchezianas de solidez, principalmente a constituição de um capital indivisível e inalienável, de propriedade coletiva dos associados presentes e futuros, e de valorização moral das sociedades. Há, todavia, simpatizantes de Buchez que chegam a afirmar que o movimento de 1848 foi significativamente influenciado por sua escola (PINHO, 2001, p.11-12)

que obtiveram êxito no plano prático, não se orientaram de modo a substituir o sistema capitalista, mas dirimir seus efeitos nefastos à classe trabalhadora.

2.2 OS PIONEIROS DE ROCHADALLE: A PRÁXIS COOPERATIVISTA

Em consonância com a literatura citada até o presente momento, embora não tenham obtido êxito em suas respectivas propostas de reforma do meio social, os percussores do cooperativismo criaram as condições necessárias para que diversos grupos de operários situados na Europa do séc. XIX utilizassem as cooperativas, sobretudo, como instrumento corretivo dos malefícios trazidos pelo sistema capitalista⁸. Neste cenário foram protagonizadas diversas tentativas de organização de associações de produção e, principalmente, de consumo (armazéns cooperativos) que anos mais tarde tomariam a sua forma definitiva com os pioneiros de Rochdale, experiência com influência acentuada de Owen, haja vista que do grupo de tecelões fundadores, seis eram seus discípulos diretos, entre eles, Charles Howarth e William Cooper, principais líderes da associação.

A cooperativa símbolo do movimento, registrada sob o nome de “*Rochdale Society of Equitable Pioneers Ltd.*” (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale), fora fundada por 28 tecelões com um capital de 28 libras (vale dizer, uma libra por associado) em 21 de dezembro de 1844 no n. 31 de *The Toad Lane*, em Rochdale (distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra)⁹. Em 1848, já eram 140 membros e, doze anos depois chegou a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras. Visando melhorar a precária situação socioeconômica vivenciada, o armazém cooperativo marca o nascimento do cooperativismo moderno.

⁸ Na prática, então, as cooperativas passam a ser utilizadas sem objetivo de reformar o homem e/ou a sociedade. Em lugar das preocupações doutrinárias, utópicas, procura-se concretamente atender aos interesses individuais dos associados através da prática da solidariedade cooperativista. Há casos ainda, em que a busca da modernização da cooperativa parte da necessidade de tornar uma cooperativa uma empresa econômica eficaz, em condições de competir no mercado internacional.

⁹ Segundo Pinho (2001), o armazém objetivava: a) formação de capital para emancipação dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários; d) educação e luta contra o alcoolismo; e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um "mal social"; f) cooperação integral.

Analisa Misi (2000, p.74) que o marcante sucesso da cooperativa de Rochdale – das suas atividades originárias de cooperativa de consumo, ampliou-se para habitação e já em 1850 adquiria sua primeira indústria. Adiciona ainda que a mesma, cujo apresentou um crescimento do número de associados na ordem de 740% no período de 1948 a 1954, revelou-se, de fato, fundamental para a disseminação do cooperativismo em torno das idéias que nortearam a sua atuação.

As figuras apresentadas, logo abaixo, mostram, respectivamente, alguns dos seus membros e o prédio onde funcionou a primeira cooperativa dos Pioneiros de Rochdale - hoje transformada em museu.



Figura 1 – Treze dos 28 Pioneiros de Rochdale – 1844

Fonte: OCB (2004, p.17)

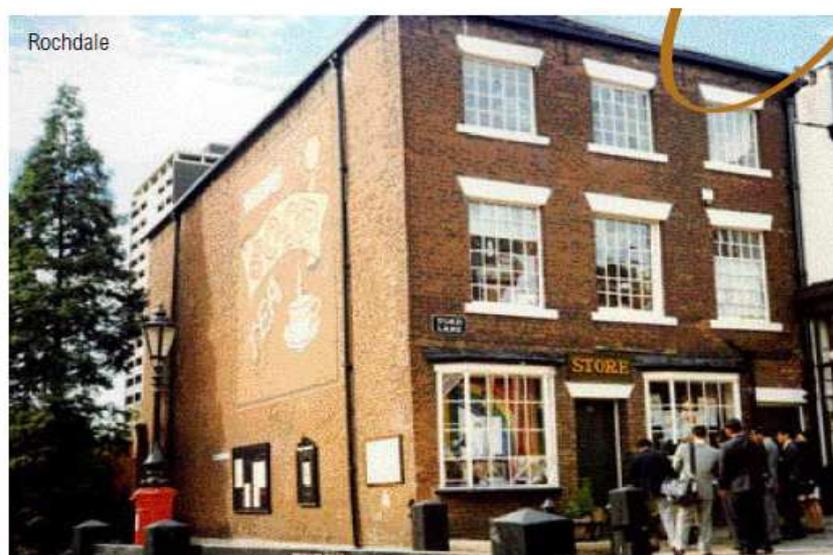


Figura 2 – Sede da Primeira cooperativa de Rochdale

Fonte: OCB (2004, p.17)

Registra-se, contudo, que antes desta experiência bem sucedida, diversos outros grupos, fizeram esforço semelhante sem obter sucesso, influenciados tanto por condições políticas desfavoráveis quanto pela forma com que as cooperativas eram criadas.

De acordo com Mauad (2001) *apud* Lima Neto (2003, p.124):

Embora grande parte dos autores aponte a cooperativa de Rochdale como o marco do cooperativismo com as características e princípios modernos, na verdade ela teria sido a segunda experiência em termo de registro de data (dezembro de 1844). Antes dela, afirma-se, já existia na Inglaterra e na Escócia, vinte e três cooperativas, e o que explica seu justo renome em âmbito internacional, teria sido o fato de que os pioneiros de Rochdale, como ficaram conhecidos em todo mundo, que celebrizaram e tornaram efetivos os princípios fundamentais do cooperativismo pela feliz aplicação que deles o fizeram.

Sobre esse ponto, Schneider (1999, p. 33) afirma que:

Todas as iniciativas de cooperação existentes antes do século XIX caracterizavam-se por uma cooperação informal e assistemática, como as formas de ajuda mútua existentes entre população rural de vários países [...] A cooperação mais sistemática, que se daria dentro de certos parâmetros axiológicos e metodológicos, com a pretensão de instaurar um novo sistema econômico e social fundado na cooperação, teria lugar apenas a partir da segunda metade do século XVIII.

Em consonância com estas análises, a OCB (2004, p.19) expõe que:

A partir da criação da sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a idéia de cooperação ganhou novos contornos. O que antes acontecia na forma de agrupamentos momentâneos com objetivos específicos, agora se tornava um sistema duradouro que gerava resultados extremamente positivos para todos. Nascia o cooperativismo como movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo na participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais.

Os estatutos da sociedade definidos pelos Pioneiros de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional, norteiam até os dias atuais os principais fundamentos doutrinários do que se concebe como “verdadeiro Cooperativismo”, a saber: a) livre adesão e demissão dos sócios; b) direito de um voto por associado (um homem - um voto); c) juros limitados ao capital; d) distribuição das sobras (lucros) proporcional à operação; e) fundo de reserva para aumento do capital, e f) fundo de reserva para desenvolvimento da educação.

2.3 OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

As definições elementares postuladas pelos Pioneiros de Rochdale começaram a ser delineadas a partir da criação da instituição representativa das cooperativas no âmbito internacional, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), que foi fundada em 1895 por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o objetivo de intensificar o intercâmbio entre as cooperativas dos diversos países, no campo doutrinário, educativo e técnico.

Registra-se, contudo, que apenas a partir do décimo congresso da ACI em Basiléia, 1921, os princípios estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale de 1844 foram recomendados como critérios para filiação ao órgão como forma de salvaguarda em relação à autenticidade da cooperativa, postos de acordo com a seguinte esquematização: a) adesão livre (porta aberta); b) controle democrático; c) retorno dos dividendos sobre as compras; d) juros limitados ao capital; e) transações à vista; f) neutralidade política e religiosa; g) revolução social; h) comércio verdadeiro; i) comércio exclusivo com membros; j) adesão voluntária k) espírito de serviços; l) cooperação entre cooperativas.

Posteriormente ocorreram sucessivas reformulações, a primeira ocorrida em 1930 no 13º congresso em Viena. Já em 1937, o 15º congresso realizado na cidade de Paris promoveu a atualização dos princípios cooperativistas, subdividindo-os da seguinte forma:

Princípios Essenciais como condição de adesão à ACI: 1) adesão aberta; 2) controle ou gestão democrática; 3) distribuição das sobras (ou excedentes) pro-rata das transações e 4) juros limitados ao capital.

Métodos Essenciais de ação e organização: 5) neutralidade política e religiosa; 6) compras e vendas à vista, e 7) promoção da educação.

No período que se estende de 1930 até meados de 1960 profundas transformações econômicas e tecnológicas ocorreram, com destaque para a crescente automação das indústrias, intenso processo de urbanização e formação de grandes conglomerados industriais, a aplicação do “Welfare state” na Europa ocidental e, em conseqüência, a

ampliação das estruturas de monopólio, ensejaram transformações no modelo organizacional das cooperativas, metamorfoseando-as de pequenas associações a empresas cooperativas de grande porte e administrativamente complexas.

Frente a esse quadro, no 22º congresso da ACI, em 1963, (Bournemouth - Inglaterra), os líderes cooperativistas iniciaram um esforço de compreensão e dimensionamento do quadro político-econômico da época, reorganizando os princípios de modo a assegurar a aplicabilidade da doutrina nos diversos sistemas econômicos espalhados pelas distintas regiões do globo. Alguns autores indicam que o francês Charles Gide, principal sistematizador do sistema Rochdaleano, teve papel destacado neste percurso, defendendo veementemente o cooperativismo de consumo pela crença deste abranger as diferentes camadas sociais.

O resultado desta empreitada foi evidenciado no Congresso da ACI de 1966, em Viena, onde os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte escrita: 1) adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados *pró rata* das operações; 4) taxa limitada de juros ao capital social; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

A revisão mais recente foi divulgada em setembro de 1995, no Congresso centenário da ACI, em Manchester. Esta foi sobretudo marcada por questões concernentes a identidade cooperativa uma vez que o ideário humanista vinculado aos valores básicos do movimento vinha sendo paulatinamente substituído pelo ideário mercadológico, o qual guardava estrita relação ao conceito de eficiência econômico-administrativa. Neste contexto, fora formalizado internacionalmente o conceito de cooperativa concebido pela ACI de pretensão universalista, ou seja, buscava abarcar qualquer espécie de cooperativa, em qualquer setor ou país. Deste modo, a ACI em 1995 define, no referido congresso, as cooperativas como:

Uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de uma empresa de negócios da qual possuem a propriedade em conjunto e a controlam democraticamente, pelos seguintes princípios: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática

pelos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade.

Atualmente os fundamentos embrionários prescritos pelos pioneiros de Rochdale, linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática, encontram-se agrupados em 7 tópicos que delineiam as condições que devem ser atendidas para que um empreendimento seja enquadrado como uma cooperativa, transcritos abaixo segundo formulação da OCB:

1º - Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º - Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será indivisível;
- benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e
- apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem

fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade (Responsabilidade Social) - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Em virtude das constantes adequações dos princípios cooperativistas as condições de mercado, nesta última revisão os únicos princípios de carácter imanentemente cooperativistas preservados são os de *gestão democrática, educação, formação e informação* e a *forma de distribuição do produto gerado durante o processo produtivo*, feito sem intermediação do capital, salário ou lucro, o que evidentemente só é possível se preservada as condições de apropriação coletiva dos meios de produção. No caso das cooperativas de trabalho postula-se que este pré-requisito irá variar de acordo com a subordinação do trabalho ao capital, e esta, deriva da forma de contratação da mão de obra: i) Indireta-terceirizada via empresa privada ou pública ou ii) Direta - via consumidor final.

As primeiras cooperativas surgidas na Europa foram concebidas como um instrumento que fornecia alternativas aos trabalhadores e objetivava promover a sua emancipação. Segundo Pinho (2001) a base doutrinária de cunho Rochdaleano pode ser ainda destrinchada em duas correntes de pensamento: 1) *Macrocooperativismo*, a qual *busca atingir uma nova ordem econômica e social, pela organização do cooperativismo no plano macroeconômico*; e 2) *Microcooperativismo*, representada pelos autores que

consideram as cooperativas somente como *corretivo das distorções dos sistemas econômicos vigentes*. É neste âmbito microeconômico que reaparecem com grande intensidade no final do séc. XX as cooperativas de trabalho na RMS, embora nem sempre com os mesmos objetivos dos pioneiros de Rochdale, como instrumento de reversão ao quadro de exclusão social ou reinserção ocupacional daqueles que foram vitimados pelas transformações políticas, econômicas e tecnológicas que trouxeram consigo elevadas taxas de desemprego e um processo contínuo de marginalização social.

Em meio a esse processo excludente surgem também as cooperativas que não apresentam conteúdo doutrinário próprio, criadas a partir da iniciativa de terceiros (ex-patrões ou ex-funcionários com cargo de chefia), não pela união de indivíduos de profissões semelhantes ou atividades correlatas que tenham como finalidade central a “emancipação da classe operária” ou a “correção das distorções do sistema capitalista”. Buscam prioritariamente um trabalho, uma melhora incremental no padrão de vida frente as adversidades enfrentadas, não necessariamente preocupando-se com a forma de inserção. Nesta linha de raciocínio, este modelo organizacional das cooperativas de trabalho é considerado uma mera técnica organizatória do trabalho operário e, como tal, desempenha papel de complementação às atividades econômicas, não libertando o trabalhador, mas elevando substancialmente sua subordinação.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Está disposto na Lei nº 5764/71¹⁰:

“Artigo 5º - As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.”

A interpretação do artigo sugere inúmeras possibilidades de classificação das cooperativas. Alguns autores têm feito um esforço exaustivo na construção de delimitações que simplifiquem as tipificações sem incorrer num reducionismo que possa conduzir a equívocos ou distorções graves do que se é visto em termos práticos.

¹⁰ A Lei 5.764/71 é um divisor de águas para o movimento cooperativista. A partir dela organizou-se e viabilizou-se a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que então pode promover a organização das entidades estaduais representativas, uma vez que passou a ser a representante única do cooperativismo em âmbito nacional (OCB, 2004, p.47).

No entanto, não há um consenso sobre qual seria a forma mais adequada de classificar as cooperativas.

Sob uma perspectiva genérica, destacam-se as seguintes características: a) trata-se de uma entidade de natureza híbrida: é ao mesmo tempo sociedade de pessoas que congregam um objetivo comum e empresa econômica que não visa o lucro; b) Apostam no capital humano, apoiando-se na ajuda mútua dos sócios e c) possui um objetivo comum e predeterminado de afastar o intermediário e propiciar o crescimento econômico e a melhoria da condição de seus membros, os quais possuem na união a razão de sua força. Obviamente, estes valores estão relacionados a doutrina cooperativista e não podem ser estendidos a todas as experiências práticas das empresas juridicamente classificadas como tal em virtude dos recorrentes desvios entre ideologia e aplicação da ideologia.

Por opção metodológica, neste trabalho classificar-se-á as cooperativas quanto ao seu objeto social, ou seja, sua atividade fim e seu ramo econômico de atuação. A entidade representativa do Cooperativismo Brasileiro, a OCB, considera a existência de 13 ramos, são eles: *Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infra-Estrutura; Mineral; Produção; Saúde; Transporte; Turismo e Lazer e Trabalho*. A seguir, far-se-á brevíssimas definições sobre cada um desses ramos segundo formulação da OCB (2004, p.90-101) e logo adiante um tratamento mais detalhado sobre Cooperativas de Trabalho:

Agropecuário - constituído por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao associado. Este ramo foi por muitas décadas sinônimo de cooperativismo no país, tamanha sua importância e sua força na economia. As cooperativas caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e até social. Atualmente, esta área possibilita grande expressão econômica, com significativa participação na economia nacional, inclusive na balança comercial.

Consumo – constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. Inicialmente formado por cooperativas fechadas (exclusivas para atender funcionários de empresas), houveram centenas em meados do século XX. Porém, o início da incidência do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias (ICM), a partir do Decreto-Lei 406/68, atingiu duramente o ramo. Os preços deixaram de ser competitivos e a maioria das cooperativas fechou as portas. As que resistiram, tornaram-se abertas (atendem a toda comunidade). Hoje, o ramo busca fortalecimento e competitividade, modernizando sua administração e investindo em capacitação e treinamento de funcionários.

Crédito - constituído por cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados, podem ser de crédito rural ou urbano. Foi um dos primeiros ramos a se organizar no país. Foi praticamente extinto pelo governo entre as décadas de 1960 e 1980. Nos anos de 1990 o ramo se reestruturou. Com o objetivo de facilitar o acesso ao mercado financeiro aos associados com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais, hoje o setor está consolidado. Possui três sistemas – Sincredi, Sicoob e Unicred – e dois bancos cooperativos – Bansicredi e Bancoob.

Educacional - constituído por cooperativas de professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais, por cooperativas de alunos de escolas agrícolas que, além de se constituírem para o sustento da própria escola, às vezes produzem excedentes para o mercado e por cooperativas de pais de alunos. A primeira cooperativa educacional surgiu em 1982, quando um primeiro grupo de pais se reuniu e decidiu formar uma escola. O objetivo das cooperativas educacionais é unir ensino de boa qualidade a preço justo

Habitacional - constituído por cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social. As cooperativas habitacionais têm como objetivo viabilizar a moradia aos associados. Seu diferencial é a construção de habitações a preço justo, abaixo do mercado, pois não visam ao lucro. A primeira cooperativa surgiu em 1951, mas o ramo como tal se organizou em 1992.

Mineração - constituído por cooperativas com finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais, atividades previstas na Constituição Federal de 1988. De grande alcance social, está presente principalmente nas pequenas e médias jazidas que não despertam interesse das mineradoras.

Produção - constituído por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Estimula o empreendedorismo, de grupos de profissionais com objetivos comuns na exploração de diversas atividades produtivas. A ênfase maior do ramo Produção está nos setores de agropecuária e industrial.

Infra-Estrutura - constituído por cooperativas, que têm como objetivo atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura. Formado, hoje, por cooperativas de eletrificação rural, este ramo existe desde 1941 e atende principalmente a pequena e média propriedade rural. As cooperativas preenchem uma lacuna das concessionárias de energia, nas regiões de baixo consumo. Além da construção de redes, as cooperativas são responsáveis pela produção, geração, manutenção, operação e distribuição de energia elétrica.

Especial - constituído por cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas ou se encontram em situação de desvantagem (como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação familiar difícil, seja de ordem econômica, social ou afetiva) nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. As cooperativas atuam visando a inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, geração de renda e a conquista da sua cidadania.

Turismo e Lazer - constituído por cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem prioritariamente seu quadro social nessas áreas. Em processo de estruturação, foi criado em 2000, durante Assembléia Ordinária da OCB, respaldado no enorme potencial turístico brasileiro.

Saúde - constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana. As cooperativas médicas foram desmembradas do ramo trabalho em 1996 devido a sua força e representatividade. Reúne profissionais especializados, como médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais. Um dos maiores convênios de saúde do país é um Sistema Cooperativo.

Transporte - constituído por cooperativas que atuam no transporte de cargas e Passageiros – táxis e vans. É um desmembramento do ramo trabalho. Sendo um dos mais novo dos ramos, foi criado em 2002.

Trabalho - constituído por cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma.

2.5 COOPERATIVAS DE TRABALHO

De acordo com Atoine Antoni (1980, p.54) apud Lima Neto (2003, p.195), duas foram às condições que tornaram possível o surgimento das cooperativas de trabalho: i) Uma classe operária possuidora de mínimo discernimento a respeito da conjuntura econômica, capaz de, por exemplo, identificar e reagir a uma situação de desemprego estrutural; ii) suficiente formação profissional e iii) a liberalidade social e política que permitiu o agrupamento de trabalhadores insatisfeitos.

Segundo Lima Neto (2003) outra explicação interessante a respeito do surgimento das cooperativas de trabalho é verificada em Mauad (2001), onde este indica que a gênese deste tipo de organização estaria, em termos gerais, vinculada a: i) Depressões econômicas que originam situações de desemprego e ii) Por representar a forma mais adequada para combater determinados e concretos problemas econômico-sociais, em específico, exploração da mão-de-obra e/ou conflitos operário-patronais.

Neste trabalho pretende-se discorrer sobre duas formas específicas de cooperativas de trabalho que atuam na RMS: Cooperativas de Profissionais Liberais (CPLs) e Cooperativas de Mão-de-Obra (CMOs).

2.5.1 Cooperativas de Profissionais Liberais (CPLs)

Em relação às CPLs, apoiar-se-á no conceito verificado em Mauad (1999, p.68-69) apud Lima Neto (2003, p.198), onde as Cooperativas de Trabalho que exercem suas atividades no cenário atual aparecem compreendidas da seguinte forma:

(...) são cooperativas de trabalho as organizações formadas por pessoas físicas de trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma mesma classe ou profissão; reunidos para o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de seus associados, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, os quais, dispensando a intervenção de um patrão empresário, propõe-se a contratar e a executar as obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupo de alguns.

Sob esta definição sublinhasse, especialmente, o fato da prestação dos serviços ocorrer com a eliminação dos intermediários, em específico, a figura do patrão, o que em consequência corresponde ao aumento dos seus proventos. Além disso, a presença de recursos materiais não é condição fundamental para a realização do trabalho; os trabalhos são geralmente executados individualmente pelos cooperados no interior da associação ou a partir dos instrumentos e habilidades que dispõem¹¹, sendo, os clientes dessas cooperativas, os consumidores finais dos serviços e/ou bens por elas produzidos, não havendo, portanto, intermediação na produção e comercialização das mercadorias. Outro detalhe de grande relevância é o tipo de relação interpessoal predominante: relação Cooperativa-Sócio; de caráter bidirecional, retroalimentativa e protooperativa¹².

¹¹ Exemplificando, no caso das cooperativas de transporte a posse do veículo e da CNH da categoria pertinente são considerados instrumento e habilidade necessários para a realização do trabalho.

¹² Trata-se de uma associação bilateral, entre espécies diferentes, na qual ambas se beneficiam; contudo, tal associação não é obrigatória, podendo cada espécie viver isoladamente.

No que faz alusão ao setor econômico de atuação das CPLs, serão considerados os ramos Saúde e Transporte/Táxi – sendo referendados por todo e qualquer dado apresentado para os **Ramos Transporte e Saúde**.

Em resumo, as CPLs normalmente seguem os princípios cooperativistas, organizam e operam empresas com um sistema de produção de características distintas em relação as empresas convencionais - com maior valorização humana, mais democrático, participação ativa dos membros e viés solidário - embora estejam inseridas e concorrendo no modo de produção capitalista.

2.5.2 Cooperativas de Mão-de-Obra (CMOs)

Já em relação às CMOs, será incorporado o conceito formulado por Pinto (1998, p.121) apud Lima Neto (2003. p.199), sintetizado a partir da classificação estabelecida por Périus (1996), onde as cooperativas de trabalho são compreendidas como:

(...) cooperativas (que) operam nas instalações de outras empresas, que se constituem apropriadoras dos seus serviços. Não se relacionam com o mercado, pois não produzem bens e serviços próprios, senão para seus apropriadores, os contratantes de seus serviços, cujos tipos são as cooperativas de catadores e reciclagem de lixo, de carregadores e ensacadores, de construção civil, de jardineiros, encanadores, etc.

Neste caso enfatiza-se como característica predominante a prestação laboral dos associados ser direcionada a empresas capitalistas tomadoras dos seus serviços, exercendo a cooperativa, a função de mera “agenciadora de mão de obra”, uma central organizadora de postulantes a vagas no mercado com plena substituição do fator de produção trabalho. Esta é enquadrada ainda como uma subespécie de cooperativa de trabalho, em virtude de 5 fatores, a saber: i) funciona como uma mera intermediação de mão de obra da sociedade cooperativa para outras empresas (apropriadoras do serviço), ou seja os clientes das CMO's são as empresas capitalistas ; ii) o cooperativado é remunerado apenas pelo seu trabalho, não incorporando integralmente o valor gerado na confecção do produto; iii) o trabalho é comumente realizado em um espaço distinto da associação, ou seja, no estabelecimento do tomador do serviço ; iv) os trabalhos são geralmente realizados pelos associados conjuntamente ou por parte deles e v) por ser utilizada como um aparelho da terceirização com finalidade de desonerar os encargos

trabalhistas¹³. A relação interpessoal dominante é do tipo Sócio-Empresa tomadora do serviço, de caráter unidirecional, subordinação implícita, indireta e escravagista¹⁴.

A luz desse modelo, Barcellos (2004, p.129) analisa que “as cooperativas de trabalho tem sido utilizadas com o intuito de dinamizar a terceirização por parte das empresas tradicionais capitalistas.” Constatação verificada também em Lins (2001, p.52), o qual sinaliza que:

Não é ocioso assinalar que a multiplicidade dessas experiências coincidiu de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho.

É válido assegurar que a intermediação de mão de obra que se faz alusão logo acima, atua mascarando uma subjacente relação de emprego entre a empresa contratante e os trabalhadores cooperativados, ou entre estes e a própria cooperativa. Disto deriva a proposição verificada em alguns autores de que as CMOs são criadas, geralmente por ex-patrões ou ex-funcionários com cargo de chefia com o objetivo de sonegar e/ou fraudar as obrigações trabalhistas, e, por esse motivo, vem sofrendo uma fiscalização implacável do Ministério Público do Trabalho em suas inúmeras forças tarefa, fato que acaba repercutindo para o conjunto das cooperativas de trabalho.

Outro ponto relevante é que as CMOs orientam-se, mormente para a inserção ocupacional do cooperado em uma estrutura produtiva dada, configurando-se, desta forma, como *alternativa ao desemprego* (e a informalidade), *não alternativa viável de emprego melhor condicionada*.

Como ocorreu nos últimos 20 anos uma tendência a redução do número de vagas de emprego ofertadas na RMS, o crescimento desta espécie de cooperativados pode ainda estar atrelado a redução do número de empregados formais, em substituição

¹³ Cumpre ressaltar que trabalhador associado à cooperativa de trabalho, ou de qualquer outro ramo, que assim presta serviços a terceiros, é segurado obrigatório da Previdência Social como autônomo, como está disposto no Decreto Federal n.º 2.172, de 5/03/97. Logo, esta desoneração é vista sob um aspecto parcial, não integral, embora seja em ultima instancia prejudicial ao trabalhador.

¹⁴ Escravagismo é um tipo de relação ecológica entre seres vivos onde um ser vivo se aproveita das atividades, do trabalho ou de produtos produzidos por outros seres vivos.

destes últimos, não ocupando novos postos de trabalho gerados, fato que será analisado mais detalhadamente nos capítulos que se seguem.

No concernente aos ramos econômicos de atuação das CMOs, serão considerados os setores Segurança Patrimonial; Vendas, Limpeza, Mão-de-obra, Serviços Gerais, entre outros, ambos consolidados nos dados referentes ao **Ramo Trabalho**.

Em resumo, as CMOs configuram-se como empreendimentos projetados e gerenciados por um grupo de indivíduos que, em verdade, empresariam serviços de mão-de-obra, fazendo uso do modelo cooperativa para beneficiar-se através da redução dos custos relacionados à contratação dos obreiros, notadamente os encargos trabalhistas e demais impostos relacionados. Este tipo de instituição não tem conteúdo doutrinário bem definido, nem costuma atuar de acordo com os princípios cooperativistas. Habitualmente pagam salários fixos, remunerando apenas o trabalho, admitem e demitem cooperados descompromissadamente como se fossem apenas empregados, ou seja, apenas existe o vínculo de emprego, o valor monetário adquirido não é igualmente repartido nem reinvestido em cursos de qualificação do cooperado, não há assembleias, administração participativa, eleição de presidentes e conselhos de fiscalização dos recursos mediante voto e não há ações de integração com a comunidade ou outras cooperativas.

3 O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

3.1 BREVE HISTÓRICO

O surgimento da idéia do cooperativismo no Brasil confunde-se e por vezes se entrelaça com o nascimento do próprio país. De acordo com Pinho (2003), esta origem ideológica, no contexto da colonização portuguesa, deu-se através de práticas de ajuda mútua, organização e divisão da produção. Alinhado com esta afirmação, Cristofoli (2006, p, 190-191) relata que:

Por volta de 1610, quando foram fundadas no Brasil as primeiras “Reduções Jesuíticas”, houve a tentativa da criação de um estado em que prevalecesse a ajuda mútua. Este modelo de sociedade solidária entre missionários indígenas e colonizadores visava, em primeiro lugar, o bem-estar do indivíduo e de sua família, acima dos interesses econômicos da produção. Incentivada por padres jesuítas, a prática do mutirão, já vivenciada pelos povos primitivos, vigorou por cerca de 150 anos entre os índios guaranis nas diversas Reduções.

Pinho (2003) aponta, inclusive, que a República dos Palmares foi uma dessas sementes do cooperativismo brasileiro, dada a presença de algumas características, em especial a da realização dos trabalhos numa aldeia comum com divisão igualitária dos dividendos obtidos entre todos os membros. Entretanto, as experiências ocorridas até 1877 foram efêmeras e são classificadas como pré-cooperativas.

De acordo com Pinho (2003), o primeiro registro de prática cooperativista consciente ocorre em 27 de outubro de 1899¹⁵ com a criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Formada a partir da iniciativa de trabalhadores livres oriundos da abolição da escravidão, esta cooperativa objetivava a criação de uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, não obtendo êxito nesta empreitada. A partir da organização mineira, outras rapidamente surgiram pelo País¹⁶.

¹⁵ Alguns autores apontam outras datas referentes a fundação das primeiras cooperativas, tendo como exemplos a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP), criada em 1887, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, no Rio de Janeiro (RJ) em 1894, e a Cooperativa Militar de Consumo e também em 1895, a de Camaragibe (PE).

¹⁶ Até a criação da primeira cooperativa formal, em 1889, muitos exemplos de movimentos baseados na ajuda mútua foram registrados no País. Em 1841, o imigrante francês Jules Mure instituiu em Santa Catarina uma colônia de produção e de consumo com base nas ideias de Charles Fourier. Em 1847, o

No início do movimento, muitas cooperativas eram formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, que juntos buscavam atender melhor às suas necessidades. Outras estavam vinculadas a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários, principalmente no Estado de São Paulo (BRASIL, 2006).

O marco do movimento cooperativista brasileiro ocorre no início do séc. XX, quando florescem no Rio Grande do Sul, estado pioneiro, as primeiras cooperativas¹⁷. Entre estas iniciativas, estava a 1ª cooperativa de crédito, criada em Nova Petrópolis no ano 1902 por colonos alemães representados pelo Padre Theodor Hamstad, concebida a luz do modelo Raiffeisen (conhecido como caixas rurais)¹⁸. A partir deste evento, uma série de experiências se sucede, a exemplo das diversas cooperativas de consumo introduzidas na malha urbana nacional, trazidas por imigrantes (entre estes, sindicalistas e, até mesmo, anarquistas) ou formadas por população nativa, referendados nos modelos implantados na Europa, e, as primeiras cooperativas agropecuárias, inseridas inicialmente no Estado de Minas Gerais, sendo este último um dos ramos mais consolidados entre os sistemas associativistas até então implantados¹⁹.

As figuras 3 e 4 mostram, respectivamente, a sede da primeira cooperativa de crédito brasileiro e o monumento ao cooperativismo brasileiro, localizadas em Nova Petrópolis, pequena cidade do Rio Grande do Sul:

também francês Jean Maurice Faivre fundava no Paraná a colônia Teresa Cristina, baseada na cooperação. Esses casos podem ser citados como exemplos de pré-cooperativismo no Brasil (BRASIL, 2006).

¹⁷É importante mencionar as cooperativas formadas por colonos italianos lideradas por De Stefano Paterno na cidade de Lageado.

¹⁸ Era formada por colonos de origem alemã que habitavam Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A organização nasceu com o nome de Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis e desde 1992 adota a denominação Sicredi Pioneira, pois integra o Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi (BRASIL, 2006).

¹⁹ Portanto, foi no início dos anos 1900 que o cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu principalmente o chamado “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o cooperativismo e a economia de mercado, sendo o primeiro marcado pelo comprometimento com a justiça social (BRASIL, 2006).



Figura 3 – 1º cooperativa de crédito, criada em Nova Petrópolis no ano 1902
Fonte: Brasil (2006, p.16)



Figura 4 – Monumento ao Cooperativismo - Nova Petrópolis, RS
Fonte: Brasil (2006, p.19)

No período que se estende entre 1913 e 1929, outras cooperativas foram criadas. Em 1913 surgiu no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e, em Santa Maria (RS) foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Em 1917, os ferroviários fundaram cooperativas de consumo.

As cooperativas existentes até 1930 apresentavam-se como estruturas heterogêneas, esparsas e desconectadas, não constituindo um sistema integrado. O movimento cooperativista brasileiro floresce desde 1932, a partir da: 1) promulgação do decreto nº 22.239, no governo Getúlio Vargas, que define as principais características de uma cooperativa, revestindo-a de conteúdo doutrinário, e 2) do estímulo do poder público fornecido ao cooperativismo por meio da reestruturação das atividades agrícolas, fato que impulsiona a expansão e o desenvolvimento do movimento cooperativista brasileiro.

Numa série cronológica, apresenta-se logo adiante um ementário com alguns fatos notáveis relacionados a história do cooperativismo brasileiro a partir da década de 1940:

1941 - Decreto-Lei nº 6.980 - O Estado começa a intervir mais vigorosamente no sistema, passando a controlá-lo através do Ministério da Agricultura. Impõe dificuldades às instituições, mas compensa com a criação de alguns serviços de assistência ao cooperativismo, de nível regional, e de certos incentivos fiscais.

1945 - Governo passa a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas

Década de 1950 – Cooperativas eram representadas pela União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) e a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP).

Década de 1960 – Necessidade de unificação da representação do sistema cooperativo. A partir de 1966 com a reforma bancária promovida pela ditadura militar,

mediante o Decreto-Lei nº59, o cooperativismo perde muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas, o que acarreta no fechamento de muitas cooperativas, liquidação quase total das cooperativas de crédito e fortalecimento da liderança do cooperativismo agrícola.

1969 – Elaboração da minuta do projeto de lei para o cooperativismo.

1970 – Foi registrada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como entidade representativa de todas as unidades cooperativas situadas em território nacional e da Organização de Cooperativas Estaduais (OCE), em nível de cada Unidade da Federação.

1971 - Decreto-Lei 5.764 de dezembro de 1971, que regula o funcionamento das cooperativas até hoje, criou a OCB e entre outras coisas vinculou as atividades cooperativas a Departamentos do Ministério da Agricultura e da Fazenda.

1979 – Promulgação da lei 5.764²⁰, que regulamenta o Sistema Cooperativo

1984 – Formação da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), da qual se evidencia os seguintes aspectos: a) Execução das ações e liderança política; b) Formada por Deputados e Senadores; c) Independente de filiação partidária e d) De natureza política e não ideológica.

1988 – Promulgação da nova Constituição, com destaque para as seguintes resoluções: a) Estado é vedado de interferir diretamente nas associações; b) Promoção da autogestão cooperativa; c) Adequado tratamento tributário às cooperativas e d) Apoio e fomento ao cooperativismo.

²⁰ A lei de nº 5.764 é de 6 de dezembro de 1971, a qual, entre outros aspectos, exige o número mínimo de 20 sócios para a constituição de uma cooperativa e define, no âmbito nacional, que a representação seja feita pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pela Organização Estadual das Cooperativas em cada Unidade da Federação (OEC). As cooperativas localizadas na Bahia são representadas pela Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB).

1995 – Início da era de intenso crescimento das cooperativas de crédito e das cooperativas de trabalho e autorização para a criação dos Bancos Cooperativos (Criação do Bansicred e do Bancoop)

1997 – Formulação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias e Presidência da ACI para o Brasil: Roberto Rodrigues.

1998 – Edição da Medida Provisória 1.715, de 3 de setembro de 1998, com destaque para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)

1999 – Promulgação da Lei nº 9.867, em 10 de novembro, que criou e normatizou as cooperativas especiais, as quais são destinadas a auxiliar pessoas em “situação de desvantagem” no que tange a inserção no mercado²¹, implantação do SESCOOP e são protocolados projetos sobre a Nova Lei Cooperativista, com destaque para: a) PL 171/99 – Senador Osmar Dias; b) PL 428/99 – Senador José Fogaça e c) PL 605/99 – Senador Eduardo Suplicy.

2000 – Consolidação do Programa de Autogestão das Cooperativas

2001 – Projetos de Cooperação Internacional, em especial: a) Cooperativas contra a fome e b) Cultivo de algas marinhas no nordeste brasileiro

²¹ Esta disposto no Artigo 3º da referida lei que consideram-se pessoas em situação de desvantagem: I) Os deficientes físicos sensoriais; II) Os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, os egressos de hospitais psiquiátricos; III) Os dependentes químicos; IV) Os egressos de prisões; V) Os idosos sem família e sem meio de subsistência; VI) Os condenados a penas alternativas à detenção e VII) Os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo. § 1º - Além dos grupos mencionados no caput, poderão ser consideradas pessoas em desvantagem outras pessoas ou grupos assim definidos por decisão do Conselho Nacional de Assistência Social. § 2º - Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores de cada cooperativa social deverão ser pessoas em desvantagem, as quais, sempre que isso for compatível com seu estado, devem também ser sócias da Cooperativa. § 3º - As Cooperativas Sociais organizarão seu trabalho especialmente no que diz respeito a instalações, horários e jornadas, de maneira a levar em conta e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalharem, e desenvolverão e executarão programa especiais de treinamento com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica. § 4º - A condição de pessoa em desvantagem deve ser atestada por documentação proveniente de órgão da administração pública, ressaltando-se o direito à privacidade.

2002 - Internacionalização do cooperativismo brasileiro, fortalecimento das confederações de crédito e emergência da vertente cooperativista associada à economia solidária

2003 - Tendo em vista decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, em julho de 2003, divulgou novas normas de constituição das cooperativas de crédito a fim de incluir a população de baixa renda, incentivando a expansão do microcrédito cooperativo, a pluralidade de representação das cooperativas e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

2004 – Fortalecimento da identidade cooperativa, OCB perde representação única do cooperativismo brasileiro e fortalecimento da ECOSOL (Sistema de Economia Solidária)

2005 – Ações estratégicas para o desenvolvimento do sistema cooperativo brasileiro.

2007 – Governança cooperativa em ambientes cooperativos, Lei 11.524 e acesso das cooperativas de crédito ao Sescop.

2008 – Importantes Projetos de Lei (PL) em tramitação:

a) Senado:

- PLS 03 de 2007 (Sociedades Cooperativas - Proposta OCB) – Apensados a este PLS 153 de 2007 e PLC 82 de 2006 Ato Cooperativo ramo saúde
- PLP 177 de 2004 (Cooperativas do Ramo Crédito)
- PLC 131 de 2008 – Oriundo do PL 7009 de 2005 - Cooperativas do Ramo Trabalho).

b) Câmara:

- PLP 271 de 2005 (Ato Cooperativo - Proposta dep. Luiz Carlos Hauly) – Apensados a este o PLP 198 de 2007 (proposta OCB) e o PLP 386 de 2008
- PL 3723 de 2008 (Tributação de cooperativas - proposta do Poder Executivo)

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

De modo diverso ao ocorrido na efervescente Europa do séc. XIX, o cooperativismo brasileiro não nasce em oposição ao liberalismo e aos demais infortúnios associados à classe trabalhista datados deste período. Desprovido de base popular o modelo adotado no Brasil, de modo análogo a outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Em consonância com esta afirmação, detalha Misi (2000, p.76) *apud* Lima Neto (2003, p.140) que:

Ao contrário do que aconteceu na Europa, no Brasil o cooperativismo é promovido pelas elites agrárias. Trata-se de um movimento imposto de cima para baixo, implantado como uma política de controle social e de intervenção estatal. Ainda comparado ao cooperativismo europeu, essencialmente urbano, como consequência que foi da revolução industrial, aqui foi germinado predominantemente no meio rural, em razão de uma economia eminentemente agrária, mesmo após a industrialização do país, o que acentuou ainda mais o caráter conservador. A marca reformista do movimento limita-se a perspectivas de modernização da agricultura, permanecendo intocável a questão da propriedade da terra. Por isso, prevaleceu durante muito tempo o cooperativismo de serviços sobre a produção, modelo bem mais adequado à concentração fundiária.

Complementa Misi (2000, p.77) *apud* Lima Neto (2003, p.140) que “O caráter contestador e reformador do cooperativismo europeu foi completamente desfigurado pelas elites nacionais ao ser transplantado para o Brasil, sofrendo significativamente as influências das singularidades do país frente à experiência européia”.

Em sua gênese, o cooperativismo nacional apresenta uma estreita relação de dependência com o poder público, fato que sustenta uma grande interferência do estado na operação das cooperativas²² tanto como agente que regula suas normas de criação e funcionamento quanto fiscalizador direto.

Estas duas características proeminentes, a presença do estado e das elites agrárias, moldaram e difundiram o ideário cooperativista no país, utilizando o conjunto teórico doutrinário como instrumento ideológico de um estado conservador e autoritário, estrutura que permaneceu intacta por quase todo o século XX²³.

Apenas ao final da década de 1980 os esforços com vistas à reformulação das práticas cooperativas, inseridos em um movimento mais amplo de modernização das atividades econômicas e ampliação da democracia, ganham maior notoriedade com a emergência das discussões em torno da chamada economia solidária, de viés autogestionário, participativo e democrático-popular²⁴.

Esta mudança no perfil do cooperativismo brasileiro se intensifica a partir da aprovação da Constituição de 1988, quando vários projetos de lei passam a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a Lei 5.764/71. Conforme Pires (2004), pretende-se, com isso, ampliar as margens de ação diante de um mercado globalizado e diminuir as "brechas legais", de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas "cooperativas de fachada".

A partir da década de 1990 o cooperativismo brasileiro tem como característica marcante um crescimento exponencial, tendência acentuada com grande força no final desta década. Este fato está vinculado, entre outros fatores, a: 1) Promulgação da lei

²² Fato notado com maior veemência após as leis produzidas pelo "Estado Novo", tendo esta tendência se mantido até a fase final da ditadura militar.

²³ Os maiores ramos do cooperativismo brasileiro até a década de 1980 - o agrícola e o de crédito - tinham por principal fonte de financiamento externo os recursos governamentais. Contudo, a redução dos recursos públicos resultante da crise que abateu o Estado Brasileiro a partir de então, aliado ao processo inflacionário crescente, fez com que o financiamento destinado às cooperativas minguasse e o endividamento aumentasse (Silva, 2000)

²⁴ Segundo SINGER (2000, p.25), "A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990".

federal nº 8.949 de 09 de dezembro de 1994, que acrescenta um parágrafo específico ao artigo 442 da Consolidação das Leis do trabalho (CLT), onde declara a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas de qualquer ramo de atividade, seus associados e aos tomadores desta modalidade de serviço; 2) O quadro macroeconômico brasileiro, que a partir de 1994 inicia um processo de estabilização monetária (Plano Real) e 3) O uso massivo da ferramenta da terceirização das atividades públicas e privadas por meio das cooperativas.

O gráfico 1, apresentado logo seguir, auxilia a compreensão do referido fenômeno:

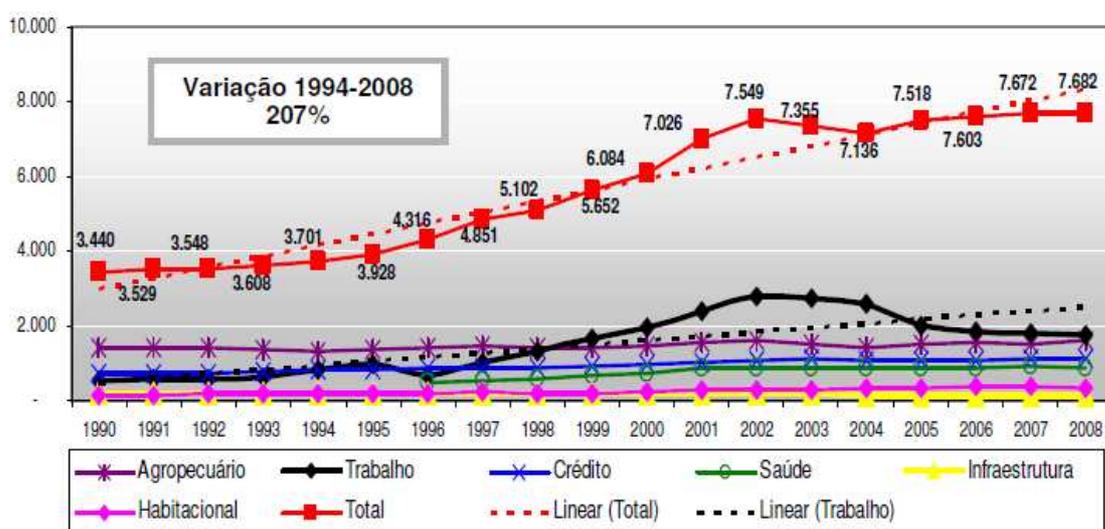


Gráfico 1 - Evolução do Número de Cooperativas no Brasil (1990-2008)

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB

Obs.: 1) de 1990 á 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo trabalho. A partir de 1996 elas foram excluídas daquele ramo.

2) ano 2002 – as cooperativas de transporte estão inclusas no ramo trabalho, apesar de ter sido criado o Ramo Transporte em julho de 2001.

Conforme verificado mediante a rápida leitura do gráfico, no ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.682 cooperativas em 2008, perfazendo um crescimento de 207% ao longo do período. Nota-se também, em termos gerais, o arrefecimento da tendência de acelerado crescimento a partir de 2001, tendo como possível explicação a consolidação do movimento numa base sustentável, ou seja, houve um movimento de estabilização das cooperativas surgidas no período de maior expansão com conseqüente elevação das barreiras de entrada ao mercado.

Entretanto, no ramo trabalho, objeto de investigação precípua deste estudo, a tendência de rápido crescimento se mantém até o ano de 2005, sendo este ramo o responsável direto pelo crescimento do cooperativismo brasileiro no período retratado ao passo que os demais ramos mantêm-se praticamente constantes ou crescem a taxas menos robustas.

Entre as plausíveis elucidações atreladas ao crescimento mais acentuado do ramo trabalho estão a: 1) A reestruturação produtiva das empresas capitalistas aliada as mudanças no ordenamento jurídico do país, que abrem um leque de oportunidades para este ramo cooperativo via terceirização; 2) Elevação do desemprego estrutural no Brasil, que impulsiona, em resposta a este processo de exclusão latente, um conjunto de práticas que visem a inserção ou reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho, impelindo os trabalhadores a buscarem novas formas de organização, processo que se deu em parte através das cooperativas de trabalho; 3) Flexibilização das leis trabalhistas, que de certa forma torna-se um poderoso combustível à proliferação das chamadas “cooperativas de fachada” e 4) O avanço das discussões em torno da economia solidária e terceiro setor, movimento que culmina com o surgimento de novos ramos de cooperativas, onde o ramo trabalho (concebido aqui de forma genérica) ocupa espaço de destaque no movimento cooperativista.

Com base no gráfico 2 verifica-se a mesma tendência de acelerado crescimento a partir dos dados do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), órgão governamental de registro incumbido de condicionar o funcionamento das cooperativas. Convém mencionar que este registro tem caráter obrigatório, diferenciando-se, neste sentido, da OCB onde a filiação é optativa. Logo os dados fornecidos pelo DNRC apresentam, portanto, um número significativamente superior de cooperativas em relação as catalogadas pelo principal órgão de representação das cooperativas brasileiras, fato que em certa medida revela como característica do cooperativismo brasileiro um baixo grau de cumprimento dos princípios cooperativistas.

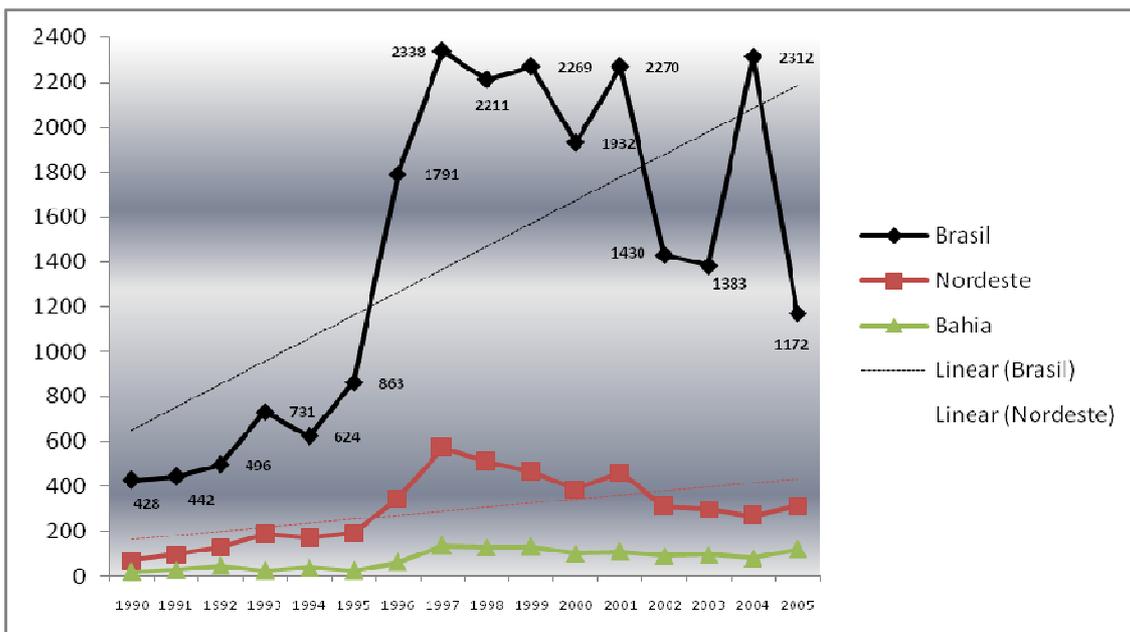


Gráfico 2 – Número de Cooperativas Registradas no DNRC entre 1990 e 2005

Fonte: DNRC. Elaboração Própria

Registra-se que em 1990 haviam 4666 cooperativas registradas no DNRC, número que saltou para 21731 (valor aproximadamente 3 vezes superior ao registrado pela OCB em 2005), perfazendo um crescimento de 365,90% no período. Uma das explicações deste salto quantitativo é a estabilização monetária iniciada a partir da implantação do plano real.

De modo análogo a tendência verificada a partir dos dados produzidos pela OCB para o cooperativismo brasileiro, na Região Nordeste há um intenso crescimento do número de cooperativas entre 1996 e 2001, valor que sofre pouca alteração no período posterior, apresentando tendência quase constante em virtude do seu baixo crescimento. A média de surgimento de novas cooperativa na região Nordeste passou de 143 cooperativas constituídas por ano entre 1990 e 1995 para 433 novas cooperativas, a partir de 1996. Já o número de cooperativas que encerraram suas atividades neste período, apresentou, em termos percentuais, um crescimento similar àquelas constituídas (DNRC, 2003).

A partir do mesmo gráfico, é possível deduzir que a Bahia acompanha de modo mais tímido a tendência nacional, apresentando características específicas não verificadas no restante do país tais como: 1) Atividades incipientes e não maturadas e 2)

Menor nível de organização e de cultura cooperativa, quando comparado aos principais Estados do eixo Sul-Sudeste.

Não obstante, a tendência de elevado crescimento do cooperativismo brasileiro, presente na década de 1990 e que se estende com menor intensidade até os dias atuais, se reproduz quando observada a evolução do número de empregados e associados, conforme demonstram os gráficos 3 e 4:



Gráfico 3 – Evolução do Número de Associados (em milhões)

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB

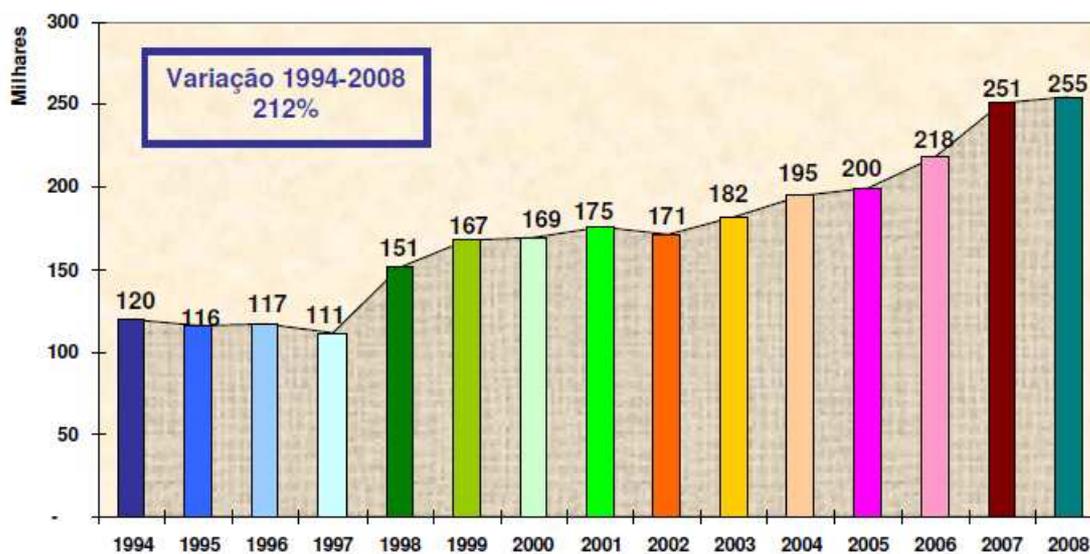


Gráfico 4 – Evolução do Número de Empregados (em mil)

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB

Vale ressaltar que este crescimento quantitativo deve-se tanto ao aumento significativo da constituição de cooperativas no referido período quanto ao fortalecimento/expansão das já existentes. Nota-se, inclusive, que nos últimos 10 anos catalogados (1998-2008) o crescimento do número de cooperados e empregados se verifica a taxas superiores às registradas para o crescimento das cooperativas no mesmo período.

Dados atuais, segundo a OCB, contabilizam para o ano de 2008 um total de 7.682 cooperativas, incluindo 7.887.707 cooperados e 254.556 empregados em suas atividades, o que equivale á aproximadamente 1027 associados e cerca de 30 empregados por cooperativa, como pode ser visto na tabela 1, disposta logo abaixo:

Tabela 1 - Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento - 2008

Ramo de Atividade	Cooperativas	%	Associados	%	Empegados	%
Agropecuário	1.611	20,97	968.767	12,28	134.579	52,87
Consumo	138	1,80	2.316.036	29,36	8.813	3,46
Crédito	1.113	14,49	3.215.866	40,77	38.796	15,24
Educacional	327	4,26	57.331	0,73	2.980	1,17
Especial	15	0,20	531	0,01	10	0,00
Habitacional	340	4,43	78.983	1,00	1.354	0,53
Infra-estrutura	148	1,93	623.431	7,90	5.664	2,23
Mineral	53	0,69	19.975	0,25	105	0,04
Produção	215	2,80	11.931	0,15	2.442	0,96
Saúde	894	11,64	215.755	2,74	47.132	18,52
Trabalho	1.746	22,73	287.241	3,64	4.997	1,96
Transporte	1.060	13,80	90.744	1,15	7.640	3,00
Turismo e Lazer	22	0,29	1.116	0,01	44	0,02
Total	7.682	100	7.887.707	100	254.556	100

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB. Adaptação própria.

Como se pode observar, as cooperativas brasileiras se concentram quanto ao número de associados nos ramos Crédito e Consumo, perfazendo uma proporção de 40,77% e 29,36%, respectivamente. Já em relação ao número de empregados, é verificada uma maior concentração nos ramos Agropecuário e Saúde, com 52,87% e 18,52%, respectivamente.

Embora o ramo trabalho (CMOs) congregue o maior número de cooperativas (cerca de 23%), este é responsável por apenas 3,64% dos associados e 1,69% dos empregados, o que equivale à média de cerca de 164 associados e 3 empregados por cooperativa, medida consideravelmente inferior quando comparadas a média nacional. Os ramos transporte e saúde (CPLs), respondiam conjuntamente por apenas 3,89% dos cooperados, apresentando o ramo saúde uma média de 52 empregados por cooperativa, valor superior a média nacional. De acordo com a OCB este fato deve-se a configuração do ramo Saúde no Brasil, estruturado em dois grandes sistemas (Unidonto e Unimed) que em conjunto ofertavam serviços a 17,7 milhões de usuários no ano de 2008, sendo que a Unimed ocupava 34% do mercado de saúde privada brasileiro e auferiu uma receita de R\$ 16,1 Bilhões exclusivamente com a operação de planos de saúde.

Diante dos dados apresentados até então, é possível deduzir que embora a expansão das cooperativas de trabalho seja, em parte, resultante da redução do número de oportunidades no mercado de trabalho formal, não é possível inferir que as flutuações referentes ao número de associados das CMOs e CPLs por si só tenham repercussões significativas sobre o conjunto do mercado de trabalho brasileiro, dado que o total de associados representa um valor inexpressivo quando comparado ao número de trabalhadores formalmente registrados no Brasil. A título de exemplificação, o número de associados dos três ramos somados equivale a cerca de 1,51% dos 39,442 milhões de empregos formais, entre celetistas e estatutários contabilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2008. Entretanto, não se pode negligenciar a sua interferência em nichos específicos, como se verifica no caso do ramo Saúde, tanto em termos de diferenciais de rendimento quanto em geração de postos de trabalho, seja nas atividades fim ou nas atividades meio.

Em relação ao panorama econômico do cooperativismo brasileiro, dados da OCB (2008) indicam que as atividades econômicas do cooperativismo brasileiro, distribuídas por 1407 municípios das 26 Unidades da Federação, correspondiam a 6% do PIB brasileiro, alcançando cerca de R\$ 83 Bilhões de faturamento, acompanhado de um volume de exportações em torno de 4 US\$ Bilhões, montantes concentrados nos ramos crédito e agropecuário. Os principais responsáveis por essas cifras são os Estados

do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como demonstra a tabela 2:

Tabela 2 – Evolução do Faturamento das Cooperativas Brasileiras (em bilhões)

UF/Região	Faturamento das Cooperativas													
	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
PR	11,02	26,79	15,5	27,79	18,3	28,16	16,5	27,08	16,74	24,61	18,6	25,73	20	24,12
SC	4,09	9,94	6,16	11,04	8,03	12,36	7,34	12,04	7,58	11,14	8,07	11,16	11,4	13,75
MG	4,37	10,62	6,48	11,62	11	16,93	10,5	17,23	13,18	19,38	13,87	19,19	16,4	19,78
SP	9,54	23,19	12,44	22,30	12,7	19,54	12	19,69	14,72	21,64	15,32	21,19	15,5	18,69
RS	7,95	19,32	9,72	17,43	8,6	13,23	8,5	13,95	9,33	13,72	9,64	13,34	11,56	13,94
Centro Oeste	3,32	8,07	4,5	8,07	5,1	7,85	5	8,20	5,15	7,57	5,4	7,47	6,41	7,73
Norte	0,29	0,70	0,38	0,68	0,42	0,65	0,4	0,66	0,45	0,66	0,47	0,65	0,54	0,65
Nordeste	0,56	1,36	0,6	1,08	0,83	1,28	0,7	1,15	0,87	1,28	0,92	1,27	1,12	1,35
Total	41,14	100	55,78	100	64,98	100	60,94	100	68,02	100	72,29	100	82,93	100
Taxa de Crescimento	-	-	35,59	-	16,49	-	-6,22	-	11,62	-	6,28	-	14,72	-

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB. Adaptação própria.

3.3 PERFIL REGIONAL DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Não se pode falar em uniformidade no cooperativismo brasileiro. Suas configurações distinguem-se de acordo com as condições sócio-econômicas e geográficas do país. Sobre este ponto, Schneider (1981) expõe que a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo expressa a dinâmica do modelo de acumulação do capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Em outras palavras, as disparidades socioeconômicas regionais tendem a ser reproduzidas nas cooperativas espalhadas pelo território nacional. Este fato pode ser claramente identificado mediante a rápida visualização da tabela 3.

Tabela 3 – Faturamento das Cooperativas por região (em bilhões de R\$)

Região	Faturamento das Cooperativas							Taxa de Participação
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Sudeste	13,84	18,92	23,70	22,50	27,90	29,10	31,90	38,47
Sul	23,13	31,38	34,93	32,34	33,65	36,31	42,96	51,80
Nordeste	0,56	0,60	0,83	0,70	0,87	0,92	1,12	1,35
Centro-Oeste	3,32	4,50	5,10	5,00	5,15	5,40	6,41	7,73
Norte	0,29	0,38	0,42	0,40	0,45	0,47	0,54	0,65
Total	41,14	55,78	64,98	60,94	68,02	72,20	82,93	100

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB. Adaptação própria.

Como se verifica, as Regiões Sul e Sudeste respondiam conjuntamente por 90,5% do faturamento do cooperativismo brasileiro em 2008. Destaque-se ainda, segundo dados da OCB (2008), que o Estado do Paraná, com R\$ 22,0 bilhões, respondeu sozinho por 25,90% do faturamento do referido ano, valor quase 20 vezes superior a receita auferida pelo somatório das cooperativas situadas no Nordeste. Embora esta Região tenha tido uma expansão de 100% no período compreendido entre 2002 e 2008, sua receita representa uma ínfima parcela do volume monetário gerado pelo cooperativismo no país, retrato evidente da disparidade regional a que se fez referência.

No que se menciona a distribuição de recursos transferidos da OCB para as Unidades Estaduais segue o mesmo padrão desigual, privilegiando o eixo sul-sudeste em detrimento dos demais. Fato que pode ser averiguado a partir da leitura do gráfico 5:

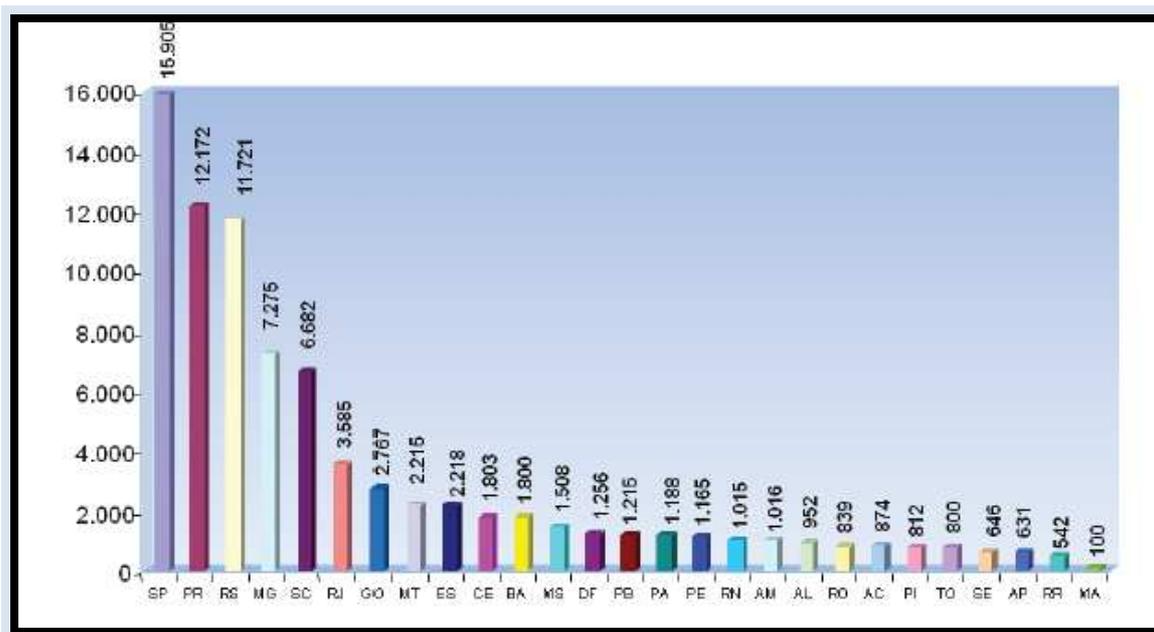


Gráfico 5 – Distribuição dos Recursos Transferidos, por Unidade Estadual (em milhares) – Total: R\$ 82,714 milhões

Fonte: Relatório de Gestão 2008 do Seescoop

De acordo com os dados do gráfico 5, os maiores Estados cooperativos (SP, PR, RS, MG e SC) detêm aproximadamente 65% das receitas transferidas às Unidades Estaduais, reforçando o seu poderio econômico e ampliando o contraste regional.

O contexto histórico da formação do cooperativismo brasileiro explica de modo contundente as razões desses Estados serem responsáveis pelo maior faturamento e apropriação dos recursos transferidos as cooperativas pela maior entidade de representação – a OCB. Estes elementos históricos auxiliam ainda na compreensão da dinâmica do cooperativismo praticado no Nordeste, em especial na RMS, a qual caracteriza-se por atividades incipientes e esparsas, pouco maturadas, com baixo valor agregado e desvestidas de conteúdo doutrinário. No que faz referência à distribuição espacial, em 2008, o cooperativismo brasileiro continha a configuração discriminada na tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição das Cooperativas, Empregados e Associados por Estado e Região – 2008

Regiões e Estados	Cooperativas	%	Associados	%	Empregados	%
Região Sudeste	2.852	37,13	4.052.046	51,37	91.946	36,12
São Paulo	969	12,61	2.729.434	34,60	49.028	19,26
Rio de Janeiro	910	11,85	266.281	3,38	9.838	3,86
Minas Gerais	832	10,83	924.848	11,73	28.125	11,05
Espírito Santo	141	1,84	131.483	1,67	4.955	1,95
Região Nordeste	1.925	25,06	453.748	5,75	17.752	6,97
Bahia	776	10,10	107.654	1,36	2.796	1,10
Maranhão	244	3,18	12.636	0,16	676	0,27
Rio Grande do Norte	210	2,73	73.054	0,93	1.492	0,59
Ceará	199	2,59	75.041	0,95	5.852	2,30
Pernambuco	161	2,10	105.015	1,33	2.489	0,98
Paraíba	114	1,48	39.610	0,50	2.277	0,89
Alagoas	94	1,22	19.896	0,25	1.329	0,52
Piauí	73	0,95	14.269	0,18	692	0,27
Sergipe	54	0,70	6.573	0,08	149	0,06
Região Sul	1.455	18,94	2.874.418	36,44	122.919	48,29
Rio Grande do Sul	968	12,60	1.601.337	20,30	44.763	17,58
Santa Catarina	249	3,24	776.972	9,85	26.535	10,42
Paraná	238	3,10	496.109	6,29	51.621	20,28
Região Norte	762	9,92	109.221	1,38	6.229	2,45
Pará	239	3,11	44.909	0,57	1.661	0,65
Amazonas	146	1,90	14.378	0,18	1.549	0,61
Rondônia	124	1,61	23.900	0,30	1.201	0,47
Amapá	77	1,00	4.622	0,06	450	0,18
Tocantis	69	0,90	11.892	0,15	836	0,33
Acre	60	0,78	6.390	0,08	211	0,08
Roraima	47	0,61	3.130	0,04	321	0,13
Região Centro-Oeste	688	8,96	398.274	5,05	15.710	6,17
Distrito Federal	223	2,90	102.410	1,30	1.928	0,76
Goiás	200	2,60	69.769	0,88	5.475	2,15
Mato Grosso	163	2,12	167.640	2,13	4.974	1,95
Mato Grosso Do Sul	102	1,33	58.455	0,74	3.333	1,31
Total	7.682	100	7.887.707	100	254.556	100

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB. Adaptação própria

Conforme visualizado na tabela 4, em termos representativos a Região Sudeste e Nordeste continham no referido período maior número de cooperativas registradas com, respectivamente, 2852 e 1925 organizações, o que sugere uma relação positiva entre tamanho da população e nº de cooperativas. Entretanto a região Nordeste, de forma oposta ao verificado nas regiões Sul e Sudeste, apresenta um baixo número de associados por cooperativa em virtude destas regiões abrigarem maior parcela das cooperativas dos ramos crédito, consumo e agropecuário,

Destaca-se também que São Paulo e Rio Grande do Sul registraram o maior número de associados a cooperativas, seguidos de Minas Gerais e Santa Catarina, fato invariavelmente atrelado à maior pujança econômica de suas atividades, a presença de cooperativas mais dinâmicas, revestidas de conteúdo doutrinário, complementada pela atuação em mercados mais competitivos. Sobre este ponto, vale ressaltar que grande parte das exportações agrícolas brasileiras advém das cooperativas situadas nestes estados²⁵.

A Seguir, com base em Pires (2004) será traçado de forma panorâmica o perfil regional das cooperativas brasileiras a partir de suas especificidades e características sobressaltantes, com destaque especial para a Região Nordeste:

Região Norte

- ***Principais Ramos Cooperativos Abrangidos:*** Extrativista, Agrícola, Mineração e Trabalho.
- ***Setor Econômico Predominante:*** Extrativista, sobretudo voltada para a exploração da borracha.
- ***Ponto Forte:*** Exploram um produto de boa aceitação no mercado internacional.
- ***Principais Atravanques ao Desenvolvimento:*** i) Grandes distâncias, dificuldade de deslocamento e insuficiência dos meios de transporte; ii) Escassez de mercados consumidores provocada pelo reduzido povoamento da região e pela falta de uma política governamental para o setor e iii) Dificuldade das pequenas

²⁵ Segundo dados da OCB foram exportados em 2008 US\$ 4,01 bilhões. Os produtos que lideraram as vendas ao exterior foram do complexo soja, do setor sucroalcooleiro, carnes, café, cereais e laticínios.

cooperativas acessarem recursos financeiros, equipamentos e a infraestrutura que lhes permitam melhorar a sua capacidade de produção.

- **Quadro Atual:** Estagnação e cooperativas com práticas pouco dinâmicas e competitivas.

Região Centro Oeste

- **Principais Ramos Cooperativos Abrangidos:** Habitacional, Educacional e Agrícola²⁶.
- **Setor Econômico Predominante:** Agrícola
- **Pontos Fortes:** i) Presença de políticas públicas específicas voltadas ao fomento e estímulo de criação de novas cooperativas e ii) Estimulo a incorporação do espírito cooperativista e apoio legislativo, fundamentalmente no DF, em prol do estabelecimento de normas legais de apoio ao sistema.
- **Principais Atravanques ao Desenvolvimento:** i) Incipiente coesão e interação entre as cooperativas e ii) Participação pouco expressiva nas economias locais
- **Quadro Atual:** Incontáveis esforços vêm sendo realizados com o intuito de elevar o cooperativismo a agente promotor do desenvolvimento local.

Região Sudeste

- **Principais Ramos Cooperativos Abrangidos:** Agrícola²⁷, Consumo, Habitacional, Infra-estrutura, Saúde, Educação e Trabalho
- **Setores Econômicos Predominantes:** Agrícola e Trabalho
- **Pontos Fortes:** i) Classe produtora rural detentora do poder econômico e político; ii) Incentivos governamentais fiscais às cooperativas; iii) Incentivo à

²⁶ Resultante da migração de pequenos e médios agricultores da Região Sul e Sudeste com vista a ampliação de commodities como soja e milho, através do aumento da área cultivada e do PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado de Mato Grosso.

²⁷ Presença de cooperativas familiares, em assentamentos de trabalhadores sem-terra e grandes conglomerados agro-industriais.

formação de cooperativas; iv) Vasto mercado interno e v) Investimento governamental²⁸.

- **Principais Atravanques ao Desenvolvimento:** i) Ausência de um sistema de crédito às cooperativas que consiga beneficiar tanto as cooperativas ligadas ao agronegócio, como as cooperativas de trabalho de baixa tecnologia e valor agregado; ii) Déficits relacionados a assessorias às cooperativas em todo o Sudeste e iii) O ramo de atividade que mais cresce - cooperativas de trabalho - concentra um enorme contingente de cooperados com baixa qualificação profissional e educacional.
- **Quadro Atual:** Expansão de cooperativas de base popular e autogestionárias, muitas vinculadas ao programa de extensão universitária de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs). Além disso, cooperativismo agropecuário no Sudeste apresenta-se cada vez mais profissionalizado, mecanizado e competitivo ao nível global.

Região Sul

- **Principais Ramos Cooperativos Abrangidos:** Agrícola, Crédito, Saúde, Trabalho, Consumo, Produção, Habitacional e Infra-estrutura
- **Setores Econômicos Predominantes:** Agrícola e Crédito
- **Pontos Fortes:** i) Experiência Imigrante (Alemães e Italianos) influencia diretamente as práticas sociais empreendidas, a partir dos conhecimentos (doutrinários e práticos) apreendidos no território europeu; ii) Fora apadrinhada pelo estado desde o período embrionário, tendo esta estrutura de apoio estatal (isenções tributárias e concessão de crédito) permanecido praticamente intacta até a década de 1980²⁹; iii) Presença de articulações plurais, balizado na afirmação dos princípios cooperativos, com associações atuando como

²⁸ Ocorrido principalmente nos anos, onde o governo paulista, visando alicerçar as cooperativas agrícolas, segundo os moldes mais empresariais, investiu em cursos de treinamento e preparação do corpo técnico e executivo das cooperativas.

²⁹ Movimento tem sua origem no início do Século XX quando a emergência de colonização passa a configurar um elemento estratégico nas propostas e projetos de desenvolvimento, em alguns momentos exercendo o papel de estado no povoamento e desenvolvimento da imensa área rural.

instituição politicamente ativa e iv) Presença de empreendimentos diversificados e complementares

- **Principal Atravanque ao Desenvolvimento:** Passividade perante a tutela do estado³⁰
- **Quadro Atual:** Modelo mais urbano, plural e democrático em contraposição ao modelo monitorado empreendido em anos passados³¹.

Região Nordeste

- **Principais Ramos Cooperativos Abrangidos:** Educação, Agrícola, Infraestrutura, Saúde e Trabalho.
- **Setores Econômicos Predominantes:** Agrícola, Saúde e Trabalho
- **Pontos Fortes:** Contou com o apoio estatal na fase de estruturação³².
- **Principais Atravanques ao Desenvolvimento:** i) Reflete o fato da região apresentar simultaneamente localidades de extrema pobreza e classes com padrão de consumo semelhantes a dos países desenvolvidos, reproduzindo as cooperativas, um modelo concentrador de riquezas e excludente que teve numa estrutura agrária voltada para o latifúndio de caráter agro-exportador a base de sua sustentação e ii) Grande número de cooperativas com relações hierárquicas rígidas, em benefício de uma classe dominante impositiva detentora de poder local, mantendo nos quadros diretivos das cooperativas larga influência e assegurada perenidade³³;

³⁰ Muito utilizado como instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agroexportador.

³¹ Muito mais do que PIB cooperativo (valor de faturamento), os dados apontam para um capital social existente na Região que pode ser compreendido, como define Putnan (1996), como uma amálgama de elementos como confiança, coesão social, civismo, lutas e projetos conjuntos que facilitam a cooperação para o benefício mútuo em uma sociedade.

³² Valores fundamentalmente revertidas para o fomento do cooperativismo agrícola, fato umbilicalmente relacionado a grande concentração de cooperativas deste tipo em toda a região.

³³ Desta forma, de modo geral, constata-se que, no caso das cooperativas agrárias do Nordeste, a autoridade e o poder foram exercidos historicamente pelos dirigentes e não pelo conjunto dos seus associados (Mc Intyre, 1997). Neste sentido, grande parte das cooperativas rurais no Nordeste esteve organizada a partir de uma estrutura de classes, na qual os postos de comando sempre estiveram preenchidos pelos grandes proprietários e pelas lideranças políticas locais e regionais, atendendo a benefícios de pessoas e de grupos específicos. Eis a razão pela qual o cooperativismo nordestino foi mais identificado como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os grandes produtores (Rios, 1989; Mc Intyre, 1997). Tais questões trouxeram repercussão direta para o campo da gestão das cooperativas

- **Quadro Atual:** Novos arranjos político-institucionais sinalizam mudanças na dinâmica das atividades cooperativas nordestinas, entre estes: i) maior nível de participação e engajamento dos associados de modo plural e democrático; ii) Aumento da capacidade autônoma de capitalização; iii) melhoria nos distintos aspectos da competitividade, inserindo-se, inclusive, em ramos de grande concorrência a despeito da baixa tradição nos mesmos; iv) introdução de novas tecnologias e avanços na gestão organizacional; v) aprimoramento no exercício laboral, diretamente conectado as demais práticas produtivas e vi) maior assimilação da cultura cooperativista. A junção destes importantes elementos tem fornecido valiosos incrementos na qualidade dos bens e serviços ofertados por estas cooperativas. Outro fato não menos importante relacionado as cooperativas nordestinas é o vigoroso esforço de revitalização das práticas cooperativas, por meio de inúmeros fóruns empreendidos nas unidades estaduais, em grande parte promovidos pelas entidades representativas do cooperativismo e pelas universidades, sobretudo no que diz respeito à formação do seu quadro social, difusão da cultura cooperativista e à capacitação dos seus dirigentes.

Na exposição referente ao cooperativismo nordestino, fica evidente, portanto, as anomalias geradas a partir do transplante ideológico de estruturas formalmente modernas e igualitárias num contexto de desigualdade econômica e de dominação política.

Sobre estas anomalias, Rios (1979) destaca, entre outros pontos, que o tipo de liderança mais comumente encontrado à frente destas cooperativas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal. Isto é, os dirigentes das cooperativas são, via de regra, chefes políticos, pertencentes às famílias tradicionais do município, detentores de boa situação econômica e bem relacionados com os políticos dos centros urbanos maiores e das capitais. Numa segunda obra sobre o mesmo tema Rios (1989) aponta que é comum nessas cooperativas a figura do dono da cooperativa, isto é, a

agrícolas. A carência de planejamento a curto e médio prazos associada a uma fraca capacidade de investimento de capital, utilização de mão-de-obra sem qualificação e controle financeiro-contábil condicionaram um baixo nível de competitividade e conseqüentemente de capitalização das cooperativas, notadamente nas de pequeno porte (Schneider, 1981; Mc Intyre, 1997; Silva, 2000).

pessoa física que é identificada como se fora proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível.

Depreende-se destas análises que neste sistema, tipicamente identificado no cooperativismo agrícola tradicional presente na região Nordeste, é um fator que interfere de modo decisivo no grau de participação do associado, tornando a cooperativa nestes casos uma estrutura com relações claras de dominação, autocrática e estratificada, fatores que se reproduzem com menor intensidade nas urbanas cooperativas de trabalho situadas na RMS, muitas vezes utilizadas como uma maneira de burlar a legislação trabalhista.

Em outras palavras, a estrutura de poder vigente na sociedade nordestina, presente em menor proporção no ambiente urbano da RMS, mas com os mesmos nefastos efeitos, é reproduzida no interior das cooperativas como uma resultante da sua interface político-econômica. Entretanto, neste mesmo ambiente, emergem recentemente cooperativas de trabalho de cunho popular, assentadas sobre os princípios da democracia e autogestão em contraposição ao modelo cooperativista tradicional por aqui largamente implantado, difundido e, por vezes, incentivado, sem gerar extensas distorções ao conjunto do sistema e sem atritos que transcendam a esfera da concorrência por mercados.

3.3.1 Formação e Perfil do Cooperativismo Baiano

A forma com que o cooperativismo foi implantado na Bahia, não se diferencia do modelo implantado no Nordeste. Segundo a OCEB, a 1ª cooperativa registrada na Junta comercial foi a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade LTDA- Caixa Econômica Popular, em 21 de outubro de 1914.

Segundo Valdiki Moura, principal construtor do cooperativismo baiano, as primeiras tentativas de promoção de sistemas associativistas no Estado praticamente

fracassaram. Uma vez que as projetadas Caixas Rurais, em sua maioria, não chegaram a funcionar e as quatro que lograram sobreviver, passaram a adotar o sistema Luzzatti³⁴.

O maior interesse pelo cooperativismo na Bahia foi à década de 1930, no Governo Landolfo Alves-1938, sendo o seu primeiro dirigente e organizador o engenheiro agrônomo Valdiki Moura, considerado na época um especialista da matéria cooperativista³⁵. Transcrevendo as palavras de Moura (1947, p.15):

Naquela época tínhamos apenas 22 cooperativas, das quais praticamente 1/3 apenas funcionava. Os elementos estatísticos mais próximos que, no momento disponho, registram que este Estado possui 204 cooperativas com 31.587 associados e capital realizado de \$ 7.724.000,00. Os empréstimos concedidos pelas sociedades de crédito atingiram aproximadamente a 65 milhões de cruzeiros. O movimento financeiro total, então apurado (setembro de 1944) atingia a \$ 371.000.000,00, valendo notar que no exercício anterior, o movimento global excedera de 480 milhões. Quando foi fundado o Departamento de Cooperativismo, as sociedades de crédito vinham quantitativamente na dianteira, porém já em 1943 desciam ao 4º. lugar, para ceder o primeiro às cooperativas escolares, cuja obrigatoriedade foi estabelecida nas escolas oficiais mantidas pelo Estado. Examinando, panoramicamente, o movimento deste Estado, temos de destacar as cooperativas dos produtores de cacau, as escolares, as de energia elétrica, as culturais e a de pecuária, justamente por serem as de maior significação.

Evidencia-se no trecho transcrito a forte intervenção estatal na promoção do cooperativismo e a influência exercida pela dinâmica econômica do estado sobre a formação e formatação das cooperativas, dada a pujança da economia cacauceira no referido período. Sobre este ponto, revela Moura (1947, p.16):

A exportação de cacau vinha sendo tradicionalmente entregue a sete firmas comerciais de Salvador que mantinham, por longos anos, o monopólio da compra. Visando defender, economicamente, os produtores, o governo do Estado resolveu criar o Instituto de Cacau, a princípio de forma autárquica e depois cooperativa, regredindo, afinal, á atual condição de órgão autárquico.

Praticamente desamparados, porque então o Instituto não podia evitar os males do comércio especulativo das firmas privadas, resolveram os produtores de cacau reunir-se em cooperativas locais e em duas centrais, uma

³⁴ Na Bahia, durante a administração Góis Calmon, deu-se início a uma campanha em grande estilo, visando a criação de Caixas Rurais pelo interior do Estado. Nesta campanha tiveram relevo o educador Anísio Teixeira, o então deputado federal Alberto Fraga e Inácio Tosta Filho, um dos arquitetos da lei n. 1.637, precursora, propriamente, da legislação cooperativista nacional. No período 1924-28 foram constituídas nada menos de 23 caixas, porém destas somente quatro funcionaram e apenas duas sobreviveram por algum tempo, ambas com o feitio Luzzattiano (MOURA, 1947)

³⁵ O incremento ao cooperativismo começou propriamente, a partir de 1941, quando foi fundado um departamento governamental no Estado.

das quais chegou a estabelecer relações de comércio com o mercado norte-americano, em condições extremamente favoráveis.

Eis senão quando resolve o governo federal intervir diretamente no mercado, fazendo-o, porém, desastrosamente, porque afastava, ao mesmo tempo, as firmas exploradoras que especulavam, e as cooperativas que defendiam os interesses económicos dos produtores. Passou, então, ao Instituto, o monopólio do negócio, sendo obrigados os 22.000 plantadores de cacau a entregar-lhe toda a produção, sujeitando-se ao financiamento e às condições por ele estipuladas.

Destaca-se ainda que no período foram criadas diversas cooperativas de consumo e escolares. Entretanto, a cooperativa de maior musculatura datada no período foi a uma cooperativa do ramo da produção animal – a Cooperativa Central Instituto de Pecuária da Bahia - com sede em Salvador e área de ação extensiva a todo o Estado. Segundo Moura (1947) esta entidade tinha por fim promover a defesa económica dos criadores, desde a organização dos plantéis de gado selecionado e financiamentos adequados, até o suprimento de todos os instrumentos de trabalho, através de sua movimentada seção de vendas³⁶. As Figuras 5 e 6 apresentam, logo adiante, a Cooperativa Central Instituto de Pecuária da Bahia.

Após Moura deixar a direção do Departamento de Assistência do Cooperativismo, o órgão passou por fases cíclicas, vindo melhorar a eficiência no governo Lomanto Júnior, nos anos 1960, após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que também estruturou um Departamento exclusivo para o fomento ao cooperativismo. Posteriormente a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) criou em 1999 uma Coordenação de Cooperativismo, com clara vinculação ao cooperativismo agrário tradicional.

³⁶ A cooperativa mantinha ainda serviços de propaganda zootécnica e cooperativista, assim como prestava informações sobre preços do mercado, possuía duas fazendas-modelo e um posto veterinário no interior do Estado, dedicou-se à formação de gado leiteiro e à seleção de couros e peles para exportação, em colaboração com o governo, manteve um serviço genealógico de raças indianas, realizava anualmente uma importante exposição interestadual de animais, com grande concorrência num parque de sua propriedade em Ondina com 10 pavilhões, uma excelente pista para desfile e ampla arquibancada. Como se pode verificar, foi uma entidade de grande corporatura no cenário metropolitano.



Figura 5 – Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: pórtico do Parque de Exposições de Animais, em Ondina, capital do Estado da Bahia.

Fonte: Moura (1947, p.15)

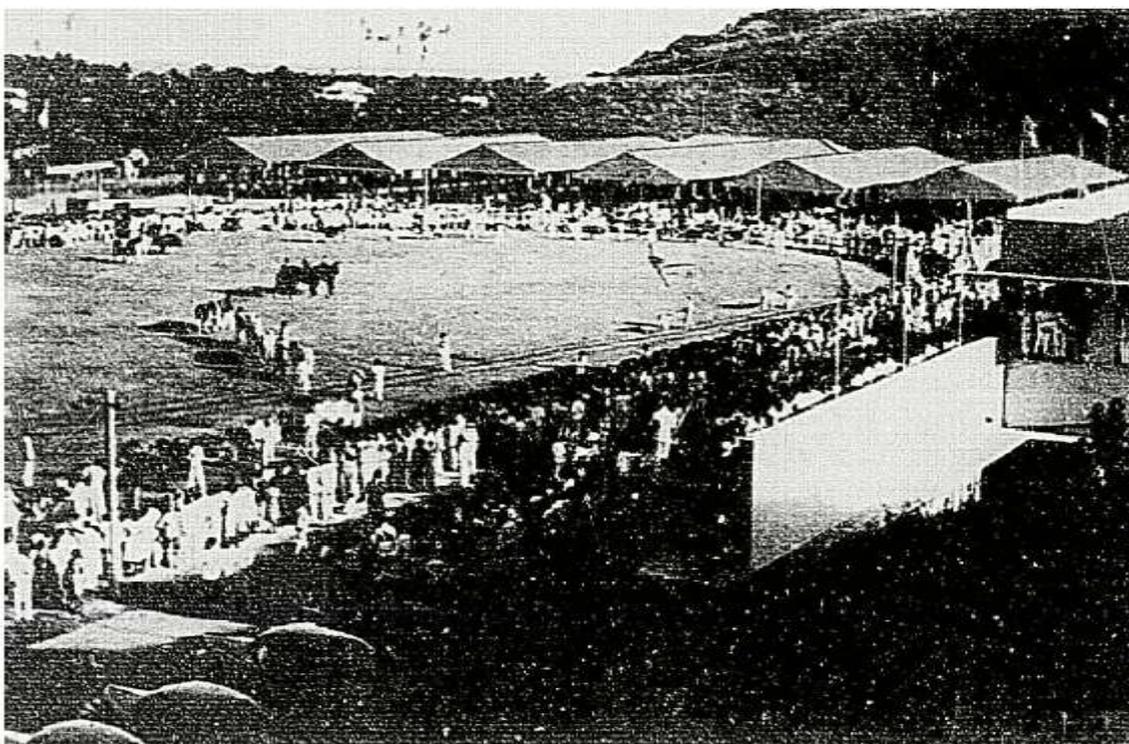


Figura 6 – Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: conjunto de pavilhões e pista de desfile de animais. Ondina, Salvador, Est.da Bahia.

Fonte: Moura (1947, p.15.)

Os dados atuais sobre o cooperativismo Baiano são esparsos e imprecisos, fato refletido na baixa exploração acadêmica do tema, entretanto os dados fornecidos pela OCEB indicam que havia, em 2008, na Bahia 776 cooperativas, com 107.654 associados, 2.796 empregos diretos, gerando aproximadamente 441.800 empregos indiretos, o que nos fornece uma média que gira em torno de 139 associados e 4 empregados por cooperativa, valores quase 8 vezes inferior a média brasileira. Os dados sugerem a predominância de cooperativas de pequeno porte, pouco estruturadas.

As 776 cooperativas subdividiam-se em 10 ramos, conforme discriminado no gráfico 6.

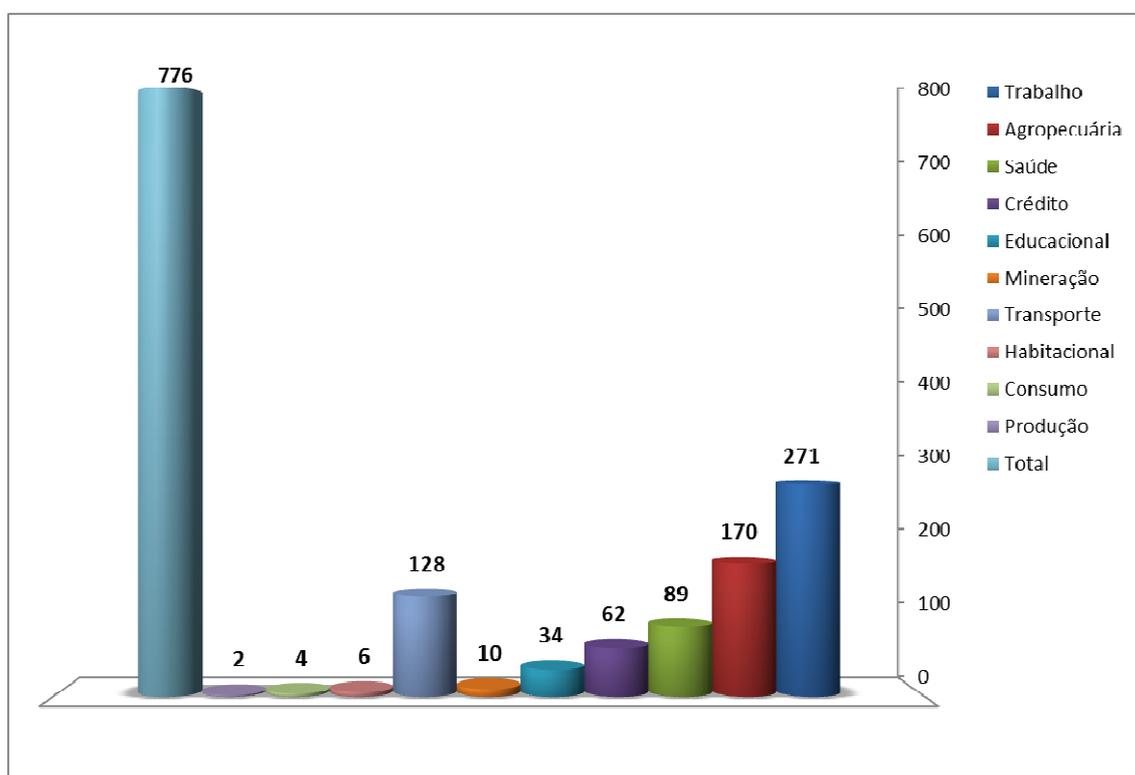


Gráfico 6 – Distribuição das Cooperativas Baianas por Ramo - 2008

Fonte: OCEB. Elaboração Própria

Depreende-se do gráfico 6 que há uma predominância de Cooperativas de Trabalho (CMO's) no Estado da Bahia, as quais correspondem á 34,92% do total. Considerando as CMO's e CPL's, este valor sobe para 62,89% do total, sendo o setor agropecuário o segundo mais representativo, elementos que reforçam a predominância da dinâmica econômica do Estado sobre a composição e formatação de cooperativas e,

em certo ponto, revelam o enfraquecimento da estrutura tradicional cooperativa agrícola fomentada no período ascendente da lavoura cacaueteira, seja em razão do menor apoio político-institucional ou em função do enfraquecimento da atividade econômica, protagonista em outrora.

Entretanto, registra-se que estes valores são superiores dado que a filiação a entidade representativa estadual é optativa, estando, os dados da OCEB, portanto, subestimados. Este fato pode ser verificado a partir dos dados obtidos junto a JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia), órgão onde o registro tem caráter obrigatório para o funcionamento de um estabelecimento empresarial, diferenciando-se, neste sentido, da OCEB. Segundo a JUCEB existiam, em 2008, 1915 cooperativas, valor aproximadamente 2,5 vezes superior ao registrado pela OCEB, ocorrência possivelmente atrelada a um baixo cumprimento dos princípios cooperativos e baixo conteúdo doutrinário.

4 O COOPERATIVISMO TRABALHISTA DA RMS

Conforme exposto, o arranjo resultante das configurações políticas, culturais, sociais e econômicas presentes em cada Região Brasileira exerce influência direta sobre a formação e o modelo cooperativo engendrado em cada um destes ambientes. Sobre este ponto, há um consenso que experimentou-se, nas últimas décadas, em várias regiões metropolitanas do país e em particular na RMS, um retrocesso nas políticas e nas condições de qualidade de vida da população, com agudização do desemprego, da pobreza e da degradação das condições de moradia, educação e saúde. Além disso, notadamente, há uma crença que paira sobre literatura cooperativa de que os momentos de crise econômica são mais propícios à criação de associações de cunho solidário. No caso das cooperativas de trabalho, as crises ocorridas no mundo do trabalho tem efetiva repercussão sobre o movimento expansivo das mesmas, seja este de ampliação de estruturas pré-existentes ou formação acelerada de novos sistemas associativistas.

Não obstante, as cooperativas de trabalho que habitam a RMS podem ser perfeitamente compreendidas pela junção dos elementos supracitados, contendo suas especificidades. Em virtude desta linha de raciocínio, far-se-á nesta seção uma breve explanação das características sobrepontantes da RMS e um posterior tratamento aprofundado das cooperativas de trabalho, conforme as descrições CPOs e CPLs abalizadas.

4.1 A RMS: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Para entender a situação das cooperativas de trabalho, é preciso preliminarmente compreender as condições socioeconômicas e o mercado de trabalho local.

A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como Grande Salvador e pelo acrônimo RMS, foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973. A RMS é a região metropolitana mais populosa do Nordeste brasileiro, a quinta do Brasil e a 107^a do mundo, compreendendo os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e

Vera Cruz, municípios com uma composição bastante heterogênea em termos de desenvolvimento sócio econômico.

Na composição deste trabalho foram escolhidos os municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas como representativos da RMS em virtude destes concentrarem quase a totalidade das cooperativas de trabalho instaladas nesta microrregião, situarem-se entre os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentarem maior adensamento demográfico, elevada população urbana³⁷, grande porte (tanto populacional quanto geográfico) e economias mais latentes, dinâmicas e diversificadas – predicados indispensáveis para a compreensão do movimento cooperativo empreendido na RMS. A tabela 5 auxilia a compreensão da configuração sócio-econômicas dos municípios destacados:

Tabela 5 - Área, população, IDH e PIB dos municípios e da RMS

Municípios	Área (Km²)	População Estimada (2008)	IDH	PIB em R\$ milhões (2007)
Salvador	707	2.948.733	0,805	26.727
Camaçari	760	227.955	0,734	10.402
Lauro de Freitas	60	153.016	0,771	2.106
RMS	1.527	3.582.259	0,77	39.235

Fonte: SEI/IBGE. Adaptação Própria.

Obs.: Na composição da Região Metropolitana são considerados apenas os 3 municípios destacados

Ademais, acrescenta-se que Salvador e Lauro de Freitas constituem importantes polos de serviços, sendo responsáveis por extensa parcela da atividade econômica do Estado, com considerável valor adicionado ao setor terciário baiano. Já Camaçari destaca-se pela presença da Indústria de Transformação, muito em razão do município abrigar o Pólo Petroquímico³⁸ e o Parque automotivo, tendo um peso relevante na

³⁷ 23,7% da população da BA reside na RMS e apenas Salvador abriga 19,5% dos baianos. Destes, 99% encontra-se na zona urbana.

³⁸ A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, com altos investimentos e importação de tecnologia de ponta, terminaram por influenciar sobremaneira as condições sociais e econômicas da RMS. Cresceu o emprego industrial, dinamizaram-se os segmentos de apoio, serviços, construção civil e o comércio. Cidades como Camaçari e Lauro de Freitas, próximas ao complexo petroquímico, passaram a experimentar o processo de desenvolvimento antes vivido por outros centros urbanos situados nas regiões de produção e refino de petróleo, tais como Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde e Catu.

composição do setor secundário do Estado da Bahia. Estes três municípios também são responsáveis pelo maior número de estabelecimentos, empregos formais e instituições bancárias, fato que gera efeitos econômicos multiplicadores que contribuem para a dinâmica municipal.

No que diz respeito ao quadro econômico, o gráfico 7 demonstra como se estabeleceu a recente evolução do PIB da RMS.

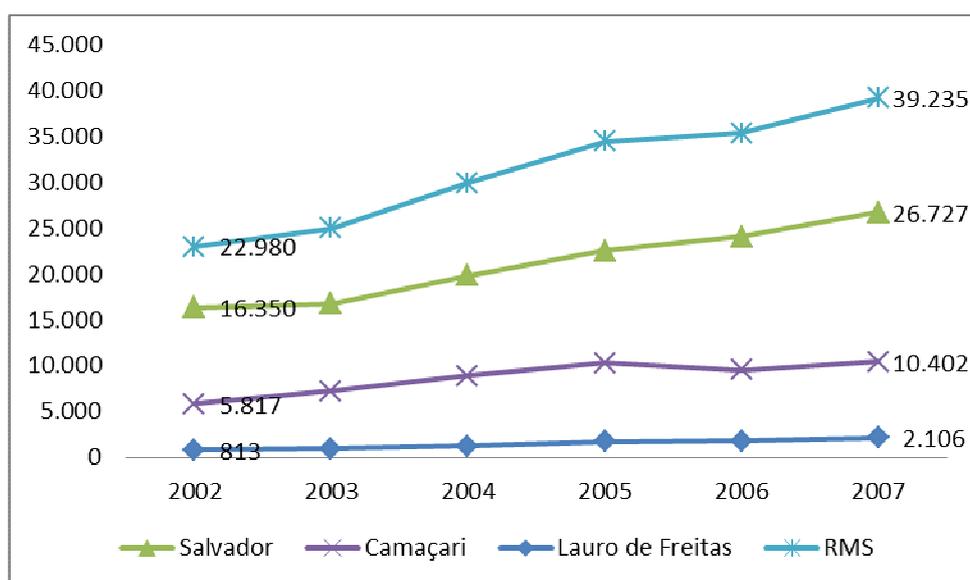


Gráfico 7 – Evolução do PIB dos municípios da RMS – Em R\$ milhões correntes (Período 2002/2007)

Fonte: SEI/IBGE. Elaboração Própria

Obs.: Na composição da Região Metropolitana são considerados apenas os 3 municípios destacados

Em relação a evolução do PIB, tem-se que durante o período compreendido entre 2002 e 2007 houve uma elevada expansão registrada nas economias municipais, com Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas perfazendo taxas de crescimento de 63,47%, 78,83% e 159,07%, respectivamente, o que, invariavelmente, representou um grande incremento ao PIB metropolitano. Todavia, como pode ser verificado no gráfico 8, a despeito deste significativo crescimento econômico, a taxa de desemprego neste período manteve-se praticamente constante, sofrendo pequenas reduções, prosseguindo entre as maiores das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Isto significa que esta onda de crescimento não foi capaz de absorver a mão-de-obra existente, tendo como suposta explicação o baixo nível de instrução e qualificação profissional desta massa

desempregada, a qual possivelmente não se enquadra no perfil de trabalhador demandado.

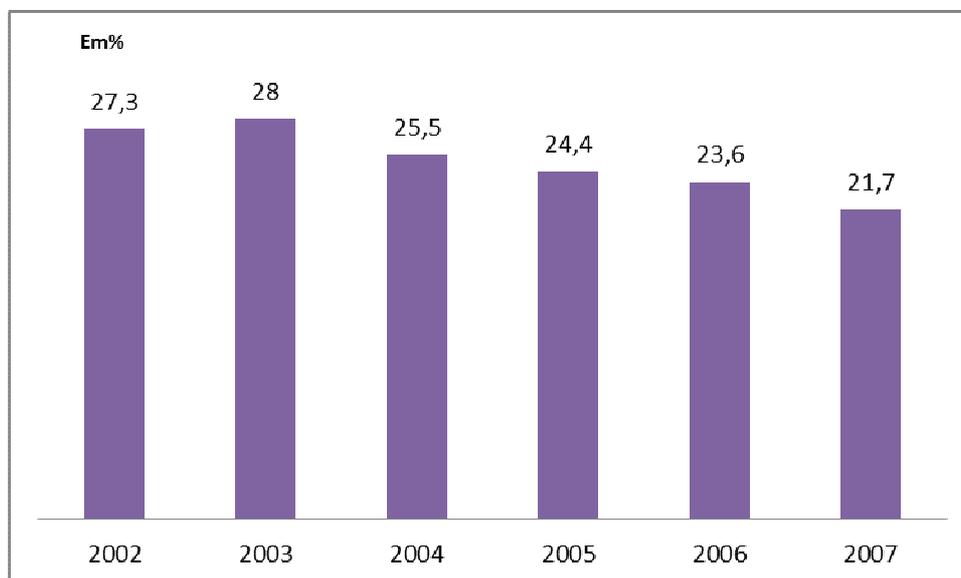


Gráfico 8 – Taxa de Desemprego – Região Metropolitana de Salvado (Período 2002/2007)
Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT). Elaboração Própria

Este crescimento econômico concentrado, não refletido em termos de desenvolvimento social, aliado a baixa capacidade de geração de ocupação e renda para a população configura-se numa das principais características presentes na RMS. Fato que pode ser visualizado pelas elevadas taxas de desemprego que na RMS atingem mais fortemente mulheres e negros. Sobre as configurações do mercado de trabalho da RMS, destaca Druck (1999) que este forma-se de maneira bastante hierarquizada, fragmentada e a partir de mão-de-obra bastante diferenciada. Nele, prevalece a lógica da venda da força do trabalho, com altos níveis de concentração de renda, efeito da cultura da região, onde prevalecem a exclusão, a exploração da mão-de-obra e a precarização das condições de vida e de trabalho.

A RMS é resultado de todo um conjunto de políticas desenvolvimentistas deflagradas a partir de 1950, instigadas pelo governo federal. Essas políticas eram baseadas na construção de polos produtivos pelo país que teriam um efeito multiplicador sobre as demais variáveis macroeconômicas e ajudaria no processo de integração nacional para reduzir as famigeradas divergências regionais.

Nesse período, inicialmente, os investimentos canalizados pelo Estado, em conjunto com interesses privados nacionais e internacionais, notadamente em torno da indústria do petróleo e petroquímica, fizeram emergir uma expansão acelerada e uma modernização em diversos segmentos do mercado de trabalho, ainda que de maneira desuniforme e frágil.

Entre as mudanças proeminentes realizadas na base produtiva da economia metropolitana resultantes desta massa de investimentos estatal deve-se salientar: i) A elevação do emprego industrial, da massa de salários e do montante de renda; alavancagem da construção civil, comércio e serviços; ii) O desencadeamento do processo de crescimento populacional econômico e urbano de Salvador, em especial crescimento da classe média urbana possibilitando o surgimento de shopping centers e hipermercados; e por fim, em termos macroeconômicos, iii) Crescimento tanto no setor secundário (indústrias) como no setor terciário (serviços).

A partir dos anos 1980, com a estagnação econômica causada pela crise internacional do capitalismo, foram adotadas medidas políticas e econômicas de ajuste ao modelo vigente que atingiram violentamente a estrutura produtiva instalada.

Assim, este processo de forte crescimento foi deveras apaziguado na década de 1990 com o advento da reestruturação produtiva, ocorrida sobretudo no Polo Petroquímico de Camaçari, fenômeno que transcorre com certa força até meados de 2002. Sistematizando esse fenômeno com base nas leituras de Borges e Druck (2001), Druck e Franco (2007), Menezes e Fernandez (2001) e DIEESE (2006) temos que a reestruturação produtiva ocorrida no RMS significou, entre outras coisas: i) Reestruturação organizacional – Adoção de Política de “Qualidade”; ii) Redirecionamento das Estratégias de Mercado; iii) Renovação Tecnológica; iv) Reorganização da Produção e das Relações Industriais; v) Redução de Níveis Hierárquicos; vi) Enxugamento do Quadro Funcional e vii) Terceirização da Força de Trabalho – Substituição

Já os principais resultados produzidos pela Reestruturação Produtiva a dinâmica econômica da RMS foram: i) Expansão da Terceirização³⁹; ii) “Terciarização” da Economia - Transferência Intersetorial de Mão-de-Obra; iii) Aumento da Informalidade; iv) Elevação do Desemprego; v) Quádrupla Precarização do Trabalho: saúde, trabalho, emprego e sindicato; vi) Distorções nas identidades coletivas dos trabalhadores – Tanto na cultura do Trabalho quanto no ambiente Fabril; vii) Exigência de um profissional multiquificado; viii) Aumento da Desproteção Social - perda de direitos, benefícios, recompensa de salários, aumento da instabilidade, insegurança e péssimas condições de trabalho; ix) Intenso Processo de “desassalariamento”; x) Aumento do processo de exclusão do Mercado de trabalho; xi) Elevação exponencial do desemprego aberto; xii) Aumento do contingente de empregados com vínculos empregatícios precários; xiii) Queda do rendimento dos trabalhadores e xiv) Perda de qualidade dos postos de trabalho formais – Ampliação da jornada de trabalho, redução da possibilidade de estabilização dos vínculos e do número de contratos com carteira profissional.

Em sua dissertação de mestrado Fernando Carneiro Monteiro de Faria Neves indica que, tal como no restante do País, neste período de grande instabilidade no mundo do trabalho, ocorre na RMS um movimento de expansão das Cooperativas de Trabalho – tanto na forma de simples (re)inserção dos indivíduos a estrutura ocupacional, “descartados pela ofensiva do capital sobre o trabalho”, quanto na forma de instrumento de emancipação da classe trabalhista, recobrando seus ganhos de produtividade e transformando-os em maiores rendimentos. Neste trabalho Neves (2002) indicava que princípios cooperativistas estavam sendo apenas parcialmente cumpridos, havendo diversas demonstrações de desinteresse, descompromisso e falta de consciência quanto ao cooperativismo entre os dirigentes e associados, uma vez que foram identificadas tanto “cooperativas de fachada”, como “cooperativas pragmáticas”, ao lado de cooperativas que procuram seguir os princípios cooperativistas e lidavam com todas as vantagens e desvantagens desse modelo de produção. Segundo sua exposição, a conclusão a que os dados utilizados o conduziram foi a de que o movimento de expansão das cooperativas de trabalho na RMS refletia a busca da classe

³⁹ Borges e Druck (2002) concluem em artigo intitulado “Terceirização: balanço de uma década” que a terceirização ocorrida na RMS contribuiu para o desemprego e a precarização do trabalho, de maneira mais drástica do que em outras regiões metropolitanas do país.

trabalhadora em conseguir sustento e remuneração face ao desemprego estrutural que acometia uma parcela não negligenciável de trabalhadores. Neste sentido, as cooperativas estariam longe de significar instrumento de emancipação dos trabalhadores, sendo utilizadas em sua grande maioria como instrumentos de flexibilização e precarização do trabalho.

Entretanto, a formação destas associações na RMS não se restringe nem podem ser concebidas como mera resultante deste processo de exclusão latente, dado que a industrialização promovida pelo estado ocorreu de modo extremamente concentrado, e mesmo tendo grande peso na composição do PIB metropolitano, irrigando veementemente o conjunto econômico da região, não gerou sequer no período ascendente um volume vultoso de postos de trabalhos.

Logo, como aponta Borges e Druck (2002), ainda que a reestruturação produtiva tenha afetado negativamente o mercado de trabalho da RMS no período através da terceirização, que se deu em parte através do instrumento da formação de cooperativas de trabalho criadas com o intuito de baratear a mão-de-obra empregada, escamotear uma relação empregatícia e burlar a legislação trabalhista, não se pode inferir que a formação de cooperativas na RMS atua exclusivamente como mecanismo de resposta a um comportamento recessivo do mercado de trabalho, dado que estes movimentos não são exatamente complementares, existindo, também uma lógica intrínseca ao sistema cooperativista instalado na metrópole baiana⁴⁰.

Outro fator que reforça a existência de uma dinâmica própria nas cooperativas de trabalho que atuam na RMS é o fato de que alguns setores pouco se relacionam com os movimentos da indústria instalada na região, como é o caso de algumas CPLs do ramo saúde e as CPOs de confecção presentes em São Bartolomeu – bairro periférico de Salvador – e Camaçari. Apurado, o efeito direto sobre estes estabelecimentos é praticamente nulo.

⁴⁰ Outro aspecto importante é o de que a indústria instalada na RMS não se integra plenamente a economia metropolitana, dado que a mesma é intensiva em capital e boa parte da riqueza gerada não é apropriada pela população residente.

4.2 ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO TRABALHISTA PRATICADO NA RMS

Não há consenso acerca do valor exato entre os dados disponíveis sobre o Cooperativismo Trabalhista praticado na RMS, o que revela em certa medida a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Os dados exportados da RAIS(2008) indicavam que haviam no conjunto da RMS 105 cooperativas, operando com um quantitativo de 1024 associados.

Tabela 6 – Distribuição das Cooperativas e Cooperados na RMS – RAIS – 2008

Municípios	Nº de Cooperativas	%	Nº de Cooperados	%	Nº de Cooperados por Cooperativa
Camaçari	15	14,29	50	4,88	3
Candeias	7	6,67	3	0,29	0
Dias D Ávila	2	1,90	16	1,56	8
Itaparica	0	0	0	0	0
Lauro de Freitas	8	7,62	248	24,22	31
Madre de Deus	0	0	0	0	0
Mata de São João	2	1,90	3	0,29	2
Pojuca	0	0	0	0	0
Salvador	64	60,95	667	65,14	10
São Francisco do Conde	1	0,95	4	0,39	4
São Sebastião do Passé	2	1,90	22	2,15	11
Simões Filho	4	3,81	11	1,07	3
Vera Cruz	0	0	0	0	0
Total	105	100	1024	100	10

Fonte: Rais 2008. Elaboração Própria

A leitura da tabela 6 permite identificar que 82,86% das cooperativas e 94,24% dos cooperados registrados pela RAIS encontravam-se nos municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, o que vai ao encontro da metodologia de escolha destes 3 municípios como representativos do cooperativismo praticado na RMS, o que tinha se dado preliminarmente em função do tamanho (área), população e características econômicas dos mesmos, variáveis que se relacionam positivamente com a distribuição das cooperativas no perímetro urbano desta importante região econômica brasileira, conferindo-a maior concentração de organizações associativas.

Para a OCEB, existiam ao final de 2008, na Região Metropolitana de Salvador, 165 cooperativas, entre estas, 139 CMOs e CPLs congregando 11.609 associados, o que equivale a uma média aproximada de 84 associados por cooperativa, valor inferior a média baiana. Ressalta-se a predominância de cooperativas de pequeno porte, o que certamente dificulta o correto cumprimento dos princípios que norteiam este tipo de estabelecimento, dado o reduzido número de membros e uma baixa taxa de participação destes nas reuniões e assembleias promovidas pelas cooperativas e demais entidades representativas.

Esta situação se justifica pelo fato de que em muito dos casos os cooperados apenas preocupam-se em garantir um rendimento mínimo para o seu sustento e/ou do seu núcleo familiar, o que invariavelmente está associado a um alto grau de rotatividade nestas cooperativas. Outra dificuldade enfrentada cooperativas de pequeno porte é a baixa capacidade de estruturação frente à elevada concorrência presente no mercado, uma vez que estas são em geral constituídas com baixo capital, fator que pode contribuir para sua rápida extinção.

A tabela 7 apresenta a distribuição das cooperativas, cooperados e a média de cooperados por cooperativa de forma desagregada, por município, e agregada, esta representando a RMS, registrados na OCEB.

Tabela 7 – Distribuição das Cooperativas e Cooperados na RMS – 2008

CPLs + CMOs	Nº de Cooperativas	%	Nº de Cooperados	%	Nº de Cooperados por Cooperativa
Lauro de Freitas	13	9,35	1.168	10,55	90
Camaçari	46	33,09	1.191	10,76	26
Salvador	80	57,55	8.710	78,69	109
RMS	139	100	11.069	100	80

Fonte: OCEB. Elaboração Própria

Verifica-se a partir da tabela 7 que há uma relação positiva entre tamanho da população, dinâmica econômica e número de cooperativas, haja vista a distribuição das cooperativas e cooperados no espaço físico da RMS. Nesta estrutura, Salvador respondia por 57,55% das cooperativas e 78,69% dos cooperados, obtendo ainda a maior média de cooperados por cooperativa. Registra-se também que as CMO's

apresentam o maior número de estabelecimentos e associados, tanto nos municípios destacados quanto na RMS.

A predominância de cooperativas de transporte em Camaçari, ramo em que tradicionalmente grande parte dos profissionais trabalha de forma autônoma e independente, tendo, muitas vezes, este trabalho como fonte de renda complementar é um dos elementos explicativos do baixo número de cooperados por cooperativa presente no município.

Sobre este ponto, é importante salientar que as CPLs do ramo transporte, em geral, não são um ambiente propício à distribuição de sobras financeiras, planejamento e gestão participativa, dado que é uma organização onde a natureza do trabalho não exige tarefas coletivas e o faturamento é variável, difícil de mensurar e proporcional à disposição e à quantidade de horas que cada um dedica à sua Van, por exemplo.

Em princípio, cooperativas formadas por profissionais deste ramo (taxistas, motoristas de vans, etc.) têm como principal objetivo obter maior poder de negociação frente aos órgãos públicos, em especial a aquisição de financiamentos para renovação contínua da frota e concessões de exploração de pontos de negócios mais lucrativos (Rodoviária, Aeroporto, Hotéis, Shopping-Centers, etc.) e contratos de transporte, assim como outras vantagens de trabalhar como associado, como compartilhar de uma central única de recebimento de chamadas, descontos na compra de combustíveis, acessórios, peças de reposição e ainda menores preços junto a companhias seguradoras.

Há sérias controvérsias sobre os valores apresentados, dado que para a OCEB existe um grande número de cooperativas funcionando clandestinamente. Esta alegação pode ser comprovada a partir de uma estimativa construída a partir da base de dados coletada junto a JUCEB, disposta na tabela 8.

Tabela 8 – Estimativa de Cooperativas Existentes na RMS

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de Cooperativas Constituídas na Bahia = (A)	111	110	98	120	126	116	124
Constituições de Cooperativas na Bahia/Constituições de Empresas na Bahia = (B)	0,38%	0,39%	0,34%	0,37%	0,40%	0,33%	0,35%
Nº de Cooperativas Extintas na Bahia = (C)	4	3	12	6	9	8	9
Extinções de Cooperativas na Bahia/Extinções de Empresas na Bahia = (D)	0,08%	0,07%	0,23%	0,12%	0,17%	0,11%	0,11%
Saldo Bahia = (A - C)	107	107	86	114	117	108	115
Saldo Bahia Cumulativo	107	214	300	414	531	639	754
Nº de Cooperativas Registradas na JUCEB = (E)	1.268	1.375	1.461	1.575	1.692	1.800	1.915
Nº de Empresas Constituídas na RMS = (F)	11.905	11.191	11.411	11.578	12.195	13.518	11.164
Constituições de Empresas na RMS/Constituições de Empresas na Bahia = (G)	40,34%	40,13%	39,40%	35,77%	39,02%	39,02%	31,69%
Estimativa Nº de Cooperativas Constituídas na RMS = (A x G)	45	44	39	43	49	45	39
Estimativa Nº de Cooperativas Extintas na RMS = (C x G)	2	1	5	2	4	3	3
Saldo RMS = [(A x G) - (C x G)]	43	43	34	41	46	42	36
Saldo RMS Cumulativo	43	86	120	161	206	248	285
Estimativa Nº de Cooperativas Registradas na RMS (Saldo RMS + Base do ano Anterior)	512¹	555	589	630	675	717	754

Fonte: JUCEB. Elaboração Própria.

1. O valor referente ao Ano Base resulta da aplicação da seguinte fórmula: $E_{2002} \times G_{2002}$

Dada a predominância das cooperativas de trabalho em relação aos demais ramos na RMS, com base na estimativa, pode-se notar que mesmo considerando-se apenas o saldo de cooperativas criadas na RMS durante o período que se estende de 2002 á 2008, 285, tem-se um saldo significativamente superior ao valor indicado pela OCEB⁴¹. Apesar das listagens da JUCEB contabilizarem as modificações realizadas nos estatutos por cada cooperativa, e ainda que este número contemple cooperativas que deixaram de existir na prática, mas não foram oficialmente desativadas, mantém-se a suposição de sub-registro apontada anteriormente. Entre as razões desse baixo grau de filiação à entidade representativa estão: i) A intenção premeditada de evitar o pagamento dos encargos trabalhistas, tributos fiscais e previdenciários, incluindo aí as taxas de manutenção dos órgãos de representação, por parte de empresários que utilizam as cooperativas apenas como instrumento de exploração do trabalho e benefício individual/atividade lucrativa e ii) Desinformação e o/ou desleixo das cooperativas.

⁴¹ Este valor estimado com base nas estatísticas disponibilizadas pela JUCEB (285) supera em 72,73% o número de cooperativas existentes na RMS filiadas a OCEB.

Leva-se em consideração a discrepância existente entre os dados disponíveis sobre o cooperativismo existente na RMS, fica evidente o baixo grau de organização do sistema cooperativo, em detrimento do ínfimo índice de filiação a entidade representativa, e de fiscalização ativa sobre as organizações associativas. Talvez por este motivo os estabelecimentos inseridos no ramo trabalho, dada a proliferação ocorrida recentemente e que não fora acompanhada de um rigoroso controle, sejam alvo frequente de forças-tarefa do Ministério Público visando combater os estabelecimentos fraudulentos, conhecidas na literatura por “cooperativas de fachada”. Obviamente, estes esforços punitivos vão ao encontro da baixa aplicabilidade dos princípios cooperativistas e repercutem negativamente sobre o conjunto de cooperativas existentes na RMS.

Outro ponto importante é o de que entre as 139 cooperativas de trabalho (CMOs e CPLs), apenas 98 (70,50%) eram consideradas ativas pela OCEB. A tabela 6 demonstra o grau de operação das cooperativas situadas na RMS até 2008:

Tabela 9 – Grau de operação das Cooperativas de Trabalho (CMOs e CPLs) da RMS – 2008

Grau de Operação	Salvador		Lauro de Freitas		Camaçari		RMS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ativa	53	66,25	7	53,85	38	82,61	98	70,50
Inativa	27	33,75	6	46,15	8	17,39	41	29,50
Total	80	100	13	100	46	100	139	100

Fonte: OCEB. Elaboração Própria

Observa-se na tabela 9 que há um elevado grau de inatividade das cooperativas na RMS, seja em função de atuarem em mercados competitivos e concorrerem com estabelecimentos de maior porte ou melhor organizados, ou da fragilidade financeira presente na maior parte destes estabelecimentos, em função da baixa capitalização destas associações, seja esta composta por recursos internos ou externos, como pode ser comprovado a partir da taxa de participação das cooperativas baianas no faturamento das organizações registradas pela OCB. Assinala-se ainda que a taxa de inatividade é maior nas CMOs e atinge com maior veemência as cooperativas deste ramo situadas em Lauro de Freitas. Entretanto, cumpre ressaltar que a taxa de inatividade das CMOs é elevada tanto nos municípios quanto na RMS.

Outro aspecto relevante é o de que todas as CPLs do ramo saúde eram consideradas ativas pela OCEB no exercício de 2008, o que demonstra claramente maior viabilidade, sustentabilidade, e presença de boa gestão organizacional nestes negócios. Entre os exemplos representativos deste modelo observado na RMS estão as cooperativas médicas Unidonto, Unimed, Unifisio, entre outras. As CPLs do ramo transporte, por sua vez, apresentam elevadas taxas de atividade tanto para os municípios vistos de forma individual como para a RMS, vista de forma agregada.

De forma panorâmica, os dados sugerem que o modelo de cooperativa de trabalho implantado, CPLs ou CMOs, relaciona-se com a taxa de produtividade dos indivíduos que, por conseguinte, afeta a eficiência da atuação do estabelecimento no mercado da RMS, proporcionando-lhes, melhor resultado e rendimento a medida que se aproximam da prática cooperativa norteadada pelo modelo Rochdaleano, onde a associação serve aos associados, não o oposto. A tabela 10 contém a lista das cooperativas de trabalho (CMOs e CPLs) ativas que atuavam na RMS até 2008.

A partir dos dados dispostos na tabela 10, compreende-se de modo geral que há uma elevada heterogeneidade nos empreendimentos cooperativos trabalhistas, CMOs e CPLs, distribuídos na RMS, havendo uma baixa conexão econômica entre os mesmos, em prejuízo ao cumprimento do princípio de intercooperação. Quantitativamente, fica latente a baixa musculatura do cooperativismo metropolitano, embora existam neste sistema exceções não negligenciáveis (Vide Coometas e Unimed). Há uma maior diferenciação entre as CMOs, dada a própria estrutura do setor de serviços, uma vez que trabalhadores de qualquer profissão podem conjuntamente montar uma cooperativa.

Por outro lado, há uma maior homogeneidade nas CPLs do ramo transporte dada a vasta presença de cooperativas formada por taxistas e motoristas de vans que não necessariamente adotam um comportamento solidário, haja vista que duelam pelo mesmo espaço econômico. A mesma análise pode ser estendida para as CPLs do ramo saúde, normalmente guiada por melhores condições de trabalho e maiores rendimentos em contraposição à indústria da saúde.

Tabela 10 – Cooperativas de Trabalho (CMOs e CPLs) Ativas na RMS – 2008

Ramo de Atividade	Salvador		Lauro de Freitas		Camaçari		RMS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Confecção	2	3,77			1	2,63	3	3,06
Elétrica e Instrumentação					1	2,63	1	1,02
Manutenção e Montagem					4	10,53	4	4,08
Mão de Obra/Serviços	5	9,43	1	14,29	5	13,16	11	11,22
Serviços Gerais/Limpeza	2	3,77			2	5,26	4	4,08
Vigilância	2	3,77					2	2,04
Inspeção de Equipamentos			2	0,29			2	2,04
Vendas	1	1,89					1	1,02
Assesoria e Planejamento	1	1,89					1	1,02
Comunicação e Marketing	1	1,89					1	1,02
Construção Civil	2	3,77					2	2,04
Consultoria	3	5,66					3	3,06
Pesquisa, Assistência técnica e Planejamento	1	1,89					1	1,02
Profissionais Portuários	1	1,89					1	1,02
Processamento de Dados	1	1,89					1	1,02
Contabilidade	1	1,89					1	1,02
Trabalho	23	43,40	3	42,86	13	34,21	39	39,80
Transporte (Carga,Passageiros/Alternativo)	4	7,55	4	57,14	23	60,53	31	31,63
Táxi (Comuns, Executivos e Turísticos)	6	11,32			2	5,26	8	8,16
Transporte	10	18,87	4	57,14	25	65,79	39	39,80
Serviços Gerais na Área da Saúde	3	5,66					3	3,06
Profissionais Anestesitas	1	1,89					1	1,02
Assistência Médica	5	9,43					5	5,10
Fisioterapeutas	1	1,89					1	1,02
Assistência Odontológica	1	1,89					1	1,02
Cirurgia Cardíaca	1	1,89					1	1,02
Cirurgia Cardiovascular	1	1,89					1	1,02
Cirurgia Torácica	1	1,89					1	1,02
Profissionais de Enfermagem	1	1,89					1	1,02
Exames Citopatológicos	1	1,89					1	1,02
Paramédicos	1	1,89					1	1,02
Plano de Saúde	1	1,89					1	1,02
Plano Odontológico	2	3,77					2	2,04
Saúde	20	37,74	0	0	0	0	20	20,41
Total	53	100	7	100	38	100	98	100

Fonte: OCEB. Elaboração Própria

Ainda com relação as CPLs do ramo saúde há de se indicar que estavam alocadas no Município de Salvador e a maioria era formada por especialistas de determinado ramo da saúde, sub-classe de trabalhadores normalmente pouco vitimados pelo desemprego, logo, pertencentes a uma camada do mercado de trabalho que não apresenta elevadas dificuldades de inserção na estrutura ocupacional metropolitana. Disto, fica evidenciado que as cooperativas de trabalho não podem ser compreendidas unicamente como estruturas subordinadas a lógica do mercado de trabalho em que atuam, apresentando também uma dinâmica intrínseca.

Pontua-se que as CPLs do ramo saúde, fortemente caracterizadas como organizações de classe, visam, em grande medida, constituir instituições coletivas que lhes proporcionem benefícios individuais dentro de uma estrutura tipicamente capitalista, uma vez que a partir da cooperativa se tornam simultaneamente donos da força de trabalho e do capital, o que resulta num importante incremento em termos de rendimento.

As CPLs do ramo saúde são ainda caracterizadas pela literatura como cooperativas pragmáticas, ou seja, aquelas que têm o objetivo imediato de geração de renda e não necessariamente cultivam ideais de solidariedade. De qualquer maneira, não deixa de ser uma forma alternativa de organização do trabalho, distante dos princípios cooperativistas, inserida na dinâmica capitalista, mas, neste caso, independente da figura do empresário, que auferir lucro sobre o trabalho dos empregados. Um formato híbrido que não revoluciona o sistema estabelecido, mas, em princípio, tem atendido seus usuários, diante da realidade que têm em mãos.

Com base na tabela 10 nota-se também, o predomínio das CPLs do ramo transporte nos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, o que possivelmente deve-se a um déficit no transporte coletivo destes municípios transformado em oportunidade de bons negócios por parte destas cooperativas. Faz-se ainda uma menção especial as CMOs existentes em Camaçari, localizadas no setor de manutenção e montagem as quais foram inseridas na esteira da terceirização deflagrada após a reestruturação do Pólo. O mesmo ocorreu com algumas CPLs do ramo transporte localizadas nesse município⁴².

A tabela 11 apresenta o grau de instrução dos cooperados inseridos no ramo trabalho de forma desagregada, por município, e agregada, esta representada pela RMS, das CMOs e CPLs situadas na região.

⁴² Como exemplo ilustrativo tem a *Cooperativa dos Motoristas Autônomos do Polo Petroquímico de Camaçari*.

Tabela 11 – Grau de instrução dos cooperados (CMOs e CPLs) da RMS – 2008

Escolaridade	Salvador		Lauro de Freitas		Camaçari		RMS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º Grau	2183	25,06	440	37,67	239	20,07	2862	25,86
2º Grau	2812	32,28	695	59,50	823	69,10	4330	39,12
3º Grau	3715	42,65	33	2,83	129	10,83	3877	35,03
Total	8710	100	1168	100	1191	100	11069	100

Fonte: OCEB. Elaboração Própria.

No que tange ao grau de escolaridade dos cooperados, observa-se, de modo geral, um baixo nível educacional (65% têm até o segundo grau) situados na RMS. Entretanto, esta distribuição apresenta notáveis peculiaridades.

O Município de Salvador, único em que o nível de cooperados com 3º grau é superior às demais categorias, por conseguinte, acaba influenciando a composição da RMS. Isto se deve ao fato da capital baiana abrigar a totalidade das CPL's do ramo saúde as quais tem comumente seu quadro laboral preenchido por profissionais com nível superior. Os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari apresentam cooperados com grau de instrução inferior ao da RMS, fato que se relaciona com a maior proporção de cooperativas do ramo transporte, setor que tradicionalmente abriga profissionais com poucos anos de estudo.

Além disso, CMOs e às CPLS do ramo transporte apresentam menor escolaridade quando comparadas as CPLs do ramo saúde, o que sugere uma relação positiva entre nível de instrução dos cooperados e sustentabilidade da cooperativa.

A tabela 12 decompõe o gênero dos cooperados inseridos no ramo trabalho de forma desagregada, por município, e agregada, esta representada pela RMS, das CMOs e CPLs situadas na região.

Tabela 12 – Gênero dos Cooperados (CMOs e CPLs) da RMS – 2008

Gênero	Salvador		Lauro de Freitas		Camaçari		RMS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	4892	56,17	772	66,10	1044	87,66	6708	60,60
Feminino	3818	43,83	396	33,90	147	12,34	4361	39,40
Total	8710	100	1168	100	1191	100	11069	100

Fonte: OCEB. Elaboração Própria

Em relação ao gênero dos associados, nota-se que na RMS, assim como nos municípios, há um predomínio de indivíduos do sexo masculino, sendo esta proporção mais acentuada em Camaçari, fato que se explica pela predominância de CPLs do ramo transporte, setor que historicamente apresenta uma composição majoritariamente masculina. Aponta-se que quando analisada individualmente, as CPLs do ramo transporte, apresentam, em todos os casos - agregado (RMS) ou desagregado (municípios) – ocupação por indivíduos do sexo masculino acima de 97%. O maior equilíbrio entre número de homens e mulheres ocorrido na capital baiana é influenciado pelas CPLs do ramo saúde, único dos ramos onde o número de cooperados do sexo feminino é superior ao de cooperados do sexo masculino.

Como se pode constatar, as configurações inerentes á dinâmica do setor econômico de atuação, as características sociais, culturais e políticas do ambiente geográfico, no nosso caso, a RMS, são reproduzidos no ambiente das cooperativas. Com relação às cooperativas de trabalho, adiciona-se que os formato das relações estabelecidas no mercado de trabalho, assim como as suas particularidades sobressaltantes, são transplantadas para o núcleo das cooperativas, sendo comum verificar nestas estruturas uma hierarquia rígida, autocrática e desigual, com relações claras de poder e domínio.

Soma-se ainda a baixa tradição cooperativa do Estado, onde, ao contrário das experiências bem sucedidas presentes no território brasileiro, não é verificado um ambiente institucional e estrutural favorável ao fortalecimento e consolidação do movimento cooperativo, seja este como alternativa viável ao capitalismo, através da geração de emprego e renda para a população carente, como sistema reformista e inovador ou simplesmente uma estrutura coexistente ao modelo capitalista que

proporcione melhores condições de trabalho ou maiores rendimentos e benefícios para os seus membros.

Diante deste quadro, assinala-se que as cooperativas de trabalho presentes na RMS reproduzem o padrão desigual inerente ao ambiente econômico da região, onde habitam simultaneamente de modo ordeiro e pacífico, um grande número de cooperativas pouco competitivas, inertes politicamente-economicamente, e, alguns casos de sucesso, cooperativas estas bem organizadas, geralmente lastreadas pelos princípios cooperativos e com importantes diferenciais que se traduzem em maiores rendimentos. Por fim, indica-se que as CMOs e CPLs que habitam a RMS não constituem um conjunto homogêneo, solidário e atuante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo colocado para este trabalho foi o de analisar as características das cooperativas de trabalho que habitam a RMS, procurando, com base nos dados disponíveis, interpretar a sua dinâmica, lógica de funcionamento e de que forma estas configurações se relacionam com as características desta importante região econômica.

A partir da revisão da literatura - onde se pontuou o surgimento do cooperativismo no mundo, seus aspectos doutrinários, princípios, os principais autores que contribuíram para a formação do seu corpo teórico e a práxis cooperativista, indicando a influência da conjunção destas peças sobre as experiências que a sucederam a nível global - buscou-se obter uma leitura do cooperativismo trabalhista praticado na RMS. Além disso, mediante a recuperação do histórico de implantação do cooperativismo no Brasil, demonstrando suas especificidades regionais, este estudo procurou avaliar em que medida as características geográficas, sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada região se estendiam à formação e à formatação dos estabelecimentos cooperativos, em outras palavras, procurou-se identificar a interface entre o panorama estrutural, dado o seu arranjo institucional e sua dinâmica econômica, e a constituição e consolidação de um sistema cooperativista.

Uma das hipóteses formulada era a de que a formação de cooperativas de trabalho relacionava-se negativamente com as flutuações ocorridas no mercado de trabalho, expandindo-se nos momentos de crise - como estratégia de (re) inserção de indivíduos na estrutura ocupacional da RMS, ambicionando apenas emprego e renda ou um instrumento utilizado por empresários objetivando enxugamento do quadro funcional e conseqüente redução de custos trabalhistas - e retraindo-se nos momentos de progresso. Desta forma a cooperativa estaria sendo utilizada não de forma emancipatória da classe de profissionais que a constituía, como propunham os celebres autores do cooperativismo, mas, como elemento de ampliação da exploração (esta em virtude do menor número de garantias e respeito aos direitos trabalhistas) e controle dos trabalhadores, não se encontrando na prática, fortes vínculos com os princípios e procedimentos cooperativos de base Rochdaleana. Esta investigação deu-se, sobretudo, entre as CMOs.

De acordo com os dados apresentados foi possível inferir que as flutuações numéricas das cooperativas de trabalho estavam, em parte, condicionadas a dinâmica do mercado de trabalho, principalmente naquelas em que os cooperados apresentam menor grau de empregabilidade – baixa qualificação profissional e/ou baixo nível de instrução. Estas estruturas mais frágeis são mais sensíveis a modificações ocorridas no mercado de trabalho.

Vale advertir que, no entanto, variações no número de associados das CMOs e CPLs por si só não têm repercussões significativas sobre o conjunto do mercado de trabalho da RMS, dado que o total de associados representa um valor inexpressivo quando comparado ao número de trabalhadores formalmente registrados na RMS. Os 11.609 associados registrados pela OCEB em 2008 representavam 0,95% dos 1.218.000 trabalhadores contabilizados pela PED para o mesmo ano. Entretanto, não se pode negligenciar a força do sistema cooperativista em alguns nichos específicos, como se verifica nas CPLs do ramo Saúde, tendo a Unimed Salvador como referência, e do ramo transporte, tendo como referência a Coometas.

Foi também considerada a hipótese destas cooperativas serem utilizadas como instituições de classe, de modo a constituir uma força de barganha frente aos negócios comercializados pela categoria no mercado, eliminar a figura do intermediário/empresário – mediador entre o prestador e tomador do serviço – e constituir uma instituição competitiva e sustentável que lhes garanta melhores condições de trabalho e maiores rendimentos. Isto foi verificado de modo mais enfático nas CPLs dos ramos transporte e saúde.

Pretendeu-se por estas vias traçar o perfil das cooperativas de trabalho que atuam na RMS. Para tanto, foi delimitado que os municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas representariam a mesma, dado as suas características socioeconômicas e concentração de cooperativas neste espaço. Sobre este ponto, cumpre ressaltar que foi detectada uma relação positiva entre *PIB, população e número de cooperativas*.

Diante desta metodologia, diagnosticou-se que o cooperativismo de trabalho praticado na RMS é bastante heterogêneo, havendo baixa conexão econômica e comunicação cooperativa entre os estabelecimentos espalhados por este território. Desta forma, depreende-se que a distribuição desigual da presença e do peso econômico destas associações retrata veementemente as condições socioeconômicas inerentes à região, expressando, inclusive, o modelo de acumulação de capital vigente na mesma.

O cooperativismo praticado na RMS caracteriza-se ainda de modo geral pela concentração de atividades incipientes, esparsas, desconexas, pouco maturadas, de baixo valor agregado, baixo faturamento, baixa apropriação dos recursos transferidos pela OCB e desvestidas de conteúdo doutrinário. Obviamente, há variações setoriais e municipais desta dinâmica, em função dos escassos casos de sucesso, distribuídos predominantemente entre as CPLs dos ramos saúde, o que sugere que o modelo cooperativo adotado interfere no resultado auferido pela instituição cooperativa, atingindo maiores níveis à medida que o mesmo se aproxima da estrutura pautada nas predições Rochdaleanas. Entretanto, não foi possível detectar exemplos de impulso à economia das comunidades, de aproveitamento das vocações locais e de superação de limitações econômicas ou outros problemas socialmente relevantes, como o elevado desemprego.

Outra análise que se fez foi que o cooperativismo trabalhista praticado na RMS apresenta um baixo número de associados por cooperativa, fato que revela a predominância de cooperativas de pequeno porte em prejuízo à consecução dos princípios cooperativos, em especial os de intercooperação e participação econômica dos membros, dada a baixa capitalização e a elevada concorrência. Este baixo cumprimento dos preceitos cooperativista também se dá em função da presença de relações hierárquicas rígidas – importadas do mercado de trabalho da RMS para o interior das cooperativas em benefício de uma classe dominante impositiva detentora de poder local, mantendo nos quadros diretivos das cooperativas larga influência e assegurada perpetuação - no núcleo destes estabelecimentos, o que vai de encontro aos princípios de gestão democrática, autonomia e independência dos membros. Não obstante, o baixo grau de instrução dos cooperados, apurado fundamentalmente entre as

CMOs sugerem que o princípio de educação, formação e informação também não é plenamente cumprido.

Além disso, foi possível identificar uma alta taxa de inatividade nas cooperativas de trabalho presentes na RMS, sendo esta presenciada em um patamar superior entre as CMOs, dados que indicam a baixa sustentabilidade destes negócios na estrutura de mercado da região, sendo, à luz desta análise, mais uma vez observado que as configurações política, sociais e econômicas da região têm um peso decisivo na formação e formatação da cooperativa criada, sendo essencial na definição da sua permanência no mercado.

No tocante a composição de gênero dos associados, fora observada a predominância de indivíduos do sexo masculino, sendo que as CPLs do ramo transporte são praticamente na íntegra ocupadas por indivíduos do sexo masculino. As CPLs do ramo saúde, por sua vez, apresentam um número de indivíduos do sexo feminino superior ao masculino. Este panorama está em sintonia com as características sócio-demográficas dos trabalhadores formais que exercem atividade laboral nos respectivos setores.

Finalmente, a elevada discrepância e baixa precisão encontrada nos dados referentes às cooperativas de trabalho que habitam a RMS, além da baixa exploração do tema, percebido pela pequena quantidade de pesquisas e trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre o assunto é outro elemento que ratifica o menor nível de organização e assimilação da cultura cooperativa na região.

REFERÊNCIAS

- AFANIO, Claudia. **O tratamento jurídico das cooperativas de trabalho no Brasil: os desafios da democracia econômica**. Curitiba, 2006.
- ANTUNES, R., **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4º ed. São Paulo: Cortez Editora/Editora da Unicamp. 1997
- ANTONI, Antoine. Possibilidades de las Cooperativas Obreras de Producción y lãs Cooperativas Artesanales em los Países em Desarrollo. IN: CRACOGNA, Dante. **Cooperativas de Trabajo** (Coletânea de Artigos). Buenos Aires: INTERCOOP, 1980.p.54.
- ARAUJO, T.B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP**, v. 11, n. 29, p.7-35, 1997.
- BARCELLOS, Ana Paula da Silva de. **A evolução das cooperativas de trabalho no Brasil: Uma resposta á atual fase de transição do sistema mundo capitalista**. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. – Brasília: MAPA, 2006.124 p.
- CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. Cooperativas de trabalho e flexibilização produtiva: quando estar juntos transforma-se em uma estratégia perversa de exclusão? **Caderno CRH**, salvador, v.17, n.41, p.1-29, 2001.
- CARVALHO, Inaiá; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.13, n.2, p.1-29, 2001.
- CRISTOFOLI, Fulvio. A crescente expansão das cooperativas d serviço no Brasil. **Organizações em Contexto**, São Paulo, v.2, n.3, p.182-198, jun2006.
- CRISTOFOLI, Fulvio; DOMINGUES, João Carlos Felício. O ressurgimento do movimento cooperativista no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios – FECAP**, São Paulo, v.6, n.15, p.42-48, ago.2004.
- DIEESE/CEAS urbano PE. Produto 3 - Estudo de caso 1 Pólo Petroquímico (Bahia e Sergipe). p.111-139, jul./dez. 2006.
- DNRC – Departamento Nacional de Registro do Comércio. Disponível em:< <http://www.dnrc.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- DRUCK, Maria da Graça; **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Salvador: Boitempo, 1999.

DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia. O trabalho e emprego na indústria petroquímica nos últimos 30 anos. **Bahia Análise & Dados**, V.7, n.2, p. 931-937, 2007.

GIDE, Charles; RIST, Charles. **História das doutrinas econômicas**: desde os fisiocratas até aos nossos dias. Rio de Janeiro: Alba, 1941. 816 p.

GOERK, Caroline. Percussores do Cooperativismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADOS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005, Cascavel, **Anais....** Paraná: Unioeste – Campus de Cascavel, 13 á 15 out.2005.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1972.

JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia. Disponível em:<http://www.juceb.ba.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=28>. Acesso em: 22 abr. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa das populações residentes, em 1º de julho de 2008**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2010.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.921-946, jul.-set. 2007.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho assalariado e trabalho associado: experiências de terceirização e produção. In: ECONTRÓ ANUAL DA ANPOCS, 12, 1998, Caxambu, **Anais....** Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

LIMA NETO, Arnor. **As cooperativas de trabalho como forma de intermediação de mão-de-obra e causa de subtração de direitos dos trabalhadores intermediados**. 2003. 374 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Cooperativas de Trabalhadores**: Opção frente á crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho? Belo Horizonte, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez / Autores associados, 1981. (Coleção Teoria e Práticas sociais).

MC INTYRE, Jimmy. **Proposta de modelo de formação continuada para o desenvolvimento das cooperativas agrícolas do Estado de Pernambuco**.1997. Dissertação (Mestrado em Direito) - Québec, Université de Sherbrooke-Canadá, 1997.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de Trabalho**: Sua relação com o direito do trabalho. 2º ed. São Paulo: LTr, 2001.

MENEZES, Wilson Ferreira; FERNANDEZ, José Carrera. A escolha profissional após a demissão: A experiência do pólo petroquímico de Camaçari. **Revista da Abet**, v.1, n.1, 2001.

MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de Trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000.

MONTEIRO, Silvio Tavares. **Cooperativas**: anotações para Estudo e Debate. Porto Velho, EMATER-RO, 1989. 50p.

MOURA, Valdiki. **Notícias do cooperativismo brasileiro**. Washington, (D.C.), 1947. Seção de Informações Sociais e Trabalhistas. União Pan-Americana.

NEVES, Fernando Carneiro Monteiro de Faria. **A Expansão das Cooperativas de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGS) – UFBA, Salvador, 2002.

NINAUT, Evandro Sheidt; MATOS, Marco Antonio. Panorama do cooperativismo no Brasil: Censo, exportações e faturamento. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.8, ago.2008.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro**: Uma História. Riberão Preto, SP: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. 150 p.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Sistema Cooperativista Brasileiro**. Dados Consolidados de 2008. Brasília, DF, 2009.

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão – 2004**

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão – 2005**

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão – 2006**

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão – 2007**

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão – 2008**

OLIVEIRA, Nelson. **Cooperação e Controle**: poder e disfarces do solidarismo funcional. Salvador, 2001.

PED - Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador: **Resultados do ano de 2008**. Salvador: SEI, 2009. n. 8.

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador: **Resultados do ano de 2009**. Salvador: SEI, 2010. n.9.

PÉRIUS, Vergílio. As cooperativas de Trabalho Alternativa de Trabalho e Renda. **Revista LTr**, São Paulo, v.60, n.03, mar. de 1996.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo** - Fundamentos doutrinários e teóricos. Riviera de São Lourenço, 3 de fevereiro de 2001

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil** – da vertente pioneira à vertente solidária. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **O direito do trabalho e as questões do nosso tempo**. São Paulo: LTr, 1998.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva (Org.). **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço/UFRPE, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; CAVALCANTI, Josefa, Salette B. Cooperativas agrícolas e mercados globais: Estratégias competitivas e desafios. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 37, 200, Rio de Janeiro, **Anais....** Rio de Janeiro: 30 de julho á 05 de agosto.

PUTNAN, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), 2008**. Disponível em: < <http://www.rais.gov.br/>> Acesso em: 12 mai.2010.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Pré-cooperativismo: etapa queimada. IN: UWE. J. (Org.). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1973, p.315-347.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHNEIDER, João Elmo. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente**: O caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez/Autores associados, 19814. p. 11-40. (Coleção Teoria e Práticas sociais).

SCHNEIDER, José Odelso. 1998. **Regate de aspectos da história do cooperativismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 252p.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**.2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Release do PIB Municipal 2007**. Salvador, SEI, 16.dez.2009.

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado da Bahia. **Relatórios de Gestão do Sescop 2008** - Brasília, 2009.

SESCOOP/BA – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado da Bahia – **Relatórios de Gestão** – Salvador, 2009.

SILVA, A. J.; DORNELAS, H.L.; BRAGA, M.J. **Cooperativas de trabalho**: a práxis dos princípios cooperativistas e sua análise jurídica. Disponível em: <http://www.ufop.ichs.br>. Acesso em: Out. 2008.

SILVA, Emanuel Sampaio. **O Agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRPE, Recife, 2000.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. MTE, Brasília. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf>Acesso em: 10 jul. 2009.

SINGER, Paul; SOUZA, A. R. (org.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Editora Contexto, 2000. (Coleção Economia).

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo**: uma alternativa econômica. Rio de Janeiro: CECRERJ, 1990. 76 p.

XAVIER, Bruno de Aquino Parreira. A terceirização por intermédio de cooperativa de trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, a.7, n.61, jan. 2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3636>>. Acesso em: 12 out. 2009.